



CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

“492º da Fundação do Povoado e
76º da “Emancipação”

APROVADO

11 MAR 2025

Presidente

REQUERIMENTO Nº 16/2025

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.896 de 11 de maio de 2018 que dispõe sobre a divulgação de lista de espera de consultas, exames, cirurgias e quaisquer outros procedimentos ou ações agendadas pelos cidadãos nas unidades da Rede Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir transparência ao sistema de regulação de vagas no âmbito do município, e estabelecer um fluxo de atendimentos as demandas de saúde na Atenção Básica;

CONSIDERANDO a alta demanda e filas de espera para a realização de exames, consultas médicas e procedimentos cirúrgicos;

CONSIDERANDO que o Município de Cubatão é organizado por 18 Unidades Básicas de Saúde para atendimento na Atenção Básica, distribuído em diversos bairros da Cidade;

REQUEIRO, observadas as formalidades regimentais, após ouvido o Douto Plenário, a formação de **COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES**, composta por 05 (cinco) membros, para, no prazo de 60 (sessenta) dias **“TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS”**

Sala Dona Helena Meletti Cunha, 13 de março de 2025.

Márcio Silva Nascimento
Vereador - PSB

Gabinete Vereador Márcio Silva Nascimento (Marcinho)

Praça dos Emancipadores S/N - Bloco Legislativo - Cubatão/SP - CEP 11510-900

E-mail: vereadormarcinho@cubatao.sp.leg.br Tel.: (13) 3362-1015

VEREADOR
GUILHERME DO SALTO
PSB
Rosana M. Meletti
Vice

PORTARIA Nº 110 DE 18 DE MARÇO DE 2025

ALEXANDRE MENDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Cubatão, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

DESIGNAR o servidor **HELIO LUIZ DE LACERDA FILHO**, matrícula nº 1871, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE COMPRAS - ÁREA DE SISTEMAS, substituindo o servidor **CAUÊ VIEGAS OLIVEIRA**, matrícula nº 2225, em virtude de férias, **com seus efeitos entre os dias 21 de março a 04 de abril de 2025**.

REGISTRE-SE. COMUNIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

18/03/2025

ALEXANDRE MENDES DA SILVA

Presidente da Câmara de Cubatão

ÁUREO TUPINAMBÁ DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO

Diretor-Secretário

Parte integrante da edição 1708 de 20/03/2025 - MTcwOCsyMDI1LTAzLTIw



RESOLUÇÃO Nº 3.058 DE 20 DE MARÇO DE 2025

ALEXANDRE MENDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Cubatão, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º Ficam nomeados em Comissão Especial os Vereadores: Marcio Silva Nascimento - Presidente; Guilherme dos Santos Malaquias - Relator; Edson Menezes Mota, José Elan dos Santos Gomes e Guilherme Amaral Belo Nogueira - Membros, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, "TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS", conforme o disposto no Requerimento nº 16/2025:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

20/03/2025

Câmara Municipal de Cubatão, 20 de março de 2025.

ALEXANDRE MENDES DA SILVA
Presidente da Câmara de Cubatão

ÁUREO TUPINAMBÁ DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO
Diretor-Secretário

PORTARIA Nº 153 DE 29 DE ABRIL DE 2025

492º DA FUNDAÇÃO DO POVOADO

76º DA EMANCIPAÇÃO

ALEXANDRE MENDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Cubatão, no uso de suas atribuições legais, e dando cumprimento à deliberação da Mesa da Câmara, **RESOLVE**:

DESIGNAR o servidor **Aurélio Schön Villas Bôas** para atuar como Assistente de Comissão Parlamentar Temporária, nos trabalhos da Comissão Especial de Vereadores nomeada pela Resolução nº 3.058, de 20 de março de 2025, com seus efeitos retroativos ao dia 24 de abril de 2025.

REGISTRE-SE. COMUNIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

29/04/2025

Gabinete da Presidência, 29 de abril de 2025.

ALEXANDRE MENDES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Cubatão

ÁUREO TUPINAMBÁ DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO

Diretor-Secretário da Câmara Municipal de Cubatão

Parte integrante da edição 1739 de 08/05/2025 - MTczOSsyMDI1LTA1LTA4



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º Ano de Emancipação Político Administrativa

APROVADA

13 MAIO 2025


Presidente

REQUERIMENTO Nº 39/2025

**Senhor Presidente,
Nobres Vereadores:**

Tendo em vista o vencimento do prazo da Comissão Especial de Vereadores, nomeada pela Resolução nº 3.058/2025, para
“TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS”, *sem que os objetivos da mesma tenham sido plenamente alcançados, é que requero, observadas as formalidades regimentais e ouvido o Douto Plenário, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias da presente Comissão Especial de Vereadores.*

Câmara Municipal de Cubatão, 13 de maio de 2025.


MARCIO SILVA NASCIMENTO
Vereador



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES INSTAURADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.058, DE 20 DE MARÇO DE 2025, PARA "TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS".

Aos 21 dias do mês de março do ano dois mil e vinte e cinco, às 11h00 (onze horas), na sala de reuniões deste Legislativo, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vereadores, nomeada pela Resolução nº 3.058, de 20 de março de 2025, que tem por objeto "tratar junto às autoridades competentes sobre o fluxo de atendimento para marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos e transparência da fila de espera junto a regulação de vagas". A Comissão é composta pelos seguintes vereadores: Márcio Silva Nascimento – Presidente, Guilherme dos Santos Malaquias - Relator; Edson Menezes Mota, José Elan dos Santos Gomes e Guilherme Amaral Belo Nogueira – Membros. Estiveram presentes à reunião os Vereadores, Márcio Silva Nascimento – Presidente, Guilherme dos Santos Malaquias – Relator e José Elan dos Santos Gomes – Membro. Cabe registrar, também, a presença da representante do Sr. Vereador, Jair Ferreira Lucas, Sra. Alessandra Ferreira. Auxiliam na condução dos trabalhos os servidores Otávio Augusto Mania (Assistente de Comissão Parlamentar Temporária), Sra. Vilma Rosa da Conceição (Assessora Política) e a Sra. Nivia Xavier de Souza Ferreira de Macedo (Chefe de Gabinete). Abertos os trabalhos, o Presidente da comissão leu o convite endereçado a todos os vereadores e explanou sobre os objetivos da CEV, em síntese, discorreu que a Comissão visa contribuir com a melhora na marcação dos exames, consultas e atendimentos nas Unidades de Saúde do Município de Cubatão, devendo ser consultado o Poder Executivo e prestadores de serviço para saber como está sendo feita a oferta dos exames e se a oferta atende a demanda. Outra finalidade é a busca por informações sobre a regulação de vagas no sistema de saúde do município. No mais, informa o Sr. Presidente que a empresa "Caminho de Damasco" dispõe de um serviço de acolhida, mas que não está funcionando a contento. Segundo o Presidente, é necessário destacar e capacitar um profissional para acolher o paciente que sai da consulta na UBS, para orientá-lo quanto ao agendamento dos exames e outros procedimentos solicitados pelo médico. Informa, ainda, que a Comissão visa cobrar as autoridades competentes sobre a execução da Lei Municipal nº 3.963, de 19 de dezembro de 2018, que trata da transparência acerca dos serviços oferecidos pelas Unidades de Saúde do Município e da Lei Municipal nº 3.896, de 11 de maio de 2018, que trata da divulgação de lista de espera de consultas, exames, cirurgias e quaisquer outros procedimentos ou ações agendadas na Rede Municipal de Saúde. Na sequência, fez uso da palavra o Senhor Vereador, Guilherme dos Santos Malaquias, que reforçou a necessidade de ouvir na CEV as entidades que prestam serviços de saúde no município. A seguir, o Sr. Vereador, José Elan dos Santos Gomes, corroborou com o reforço feito pelo Vereador Guilherme e relatou o caso de uma paciente que lhe reportou muito atraso na realização de exames na rede de saúde do



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

município, e sobre a necessidade de se buscar alternativas junto ao governo municipal para que os procedimentos sejam mais céleres. Na sequência, a representante do Vereador, Jair Ferreira Lucas, Sra. Alessandra Ferreira, reforçou a necessidade de alguém fazer a acolhida aos pacientes que saem da consulta. Sobre esse ponto o Sr. Presidente da Comissão destacou a aplicação da lei da acolhida e que é necessário trazer os relatos dos munícipes sobre acontecimentos dessa natureza nas Unidades de Saúde. O Sr. Presidente também reforçou a necessidade de serem ouvidos os prestadores de serviço, Secretários Municipais e munícipes, reiterando que o objetivo da Comissão é melhorar o atendimento dos serviços de saúde prestados pelo município. No mais, a Comissão deliberou por: 1) ouvir, no dia 27/03/2025, às 11:00h, na Sala de Reuniões deste Poder Legislativo, o responsável pela regulação de vagas no sistema de saúde do município; 2) Solicitar aos prestadores de serviços informações sobre as especialidades oferecidas aos munícipes, ofertas de vagas e que seja oficiado o Poder Executivo para que encaminhe a esta Comissão as cópias dos contratos firmados com os prestadores de serviços: Caminho de Damasco, AFIP e Impacto Fisio, no sentido de obter informações sobre todas as especialidades ofertadas; 3) convidar o Secretário Municipal de Saúde e representantes das entidades prestadoras de serviços para serem ouvidos pela Comissão; 4) fazer diligências junto ao sistema CROSS referente a oferta de vagas distribuídas ao município e quantas vão para as Unidades Básicas de Saúde; 5) convidar o representante da empresa Gestora do Hospital Municipal para prestar informações sobre a oferta as vagas; 6) como sugestão do Sr. Vereador Guilherme dos Santos Malaquias, indagar ao Hospital sobre a oferta e vagas em UTI's, posto que a lotação dessas unidades compromete a realização de cirurgias eletivas; 7) indagar ao Secretário de Saúde e ao representante da "Caminho de Damasco" sobre o atendimento médico da família, posto que os acamados não estão recebendo o atendimento de profissionais de fisioterapia e fonoaudiologia por problemas burocráticos junto ao gestor da unidade. Nesse aspecto, ressaltou o Sr. Presidente da Comissão a dificuldade de atendimento domiciliar, pois muitos agentes de saúde da família estão em desvio de função e sugeriu indagar ao Sr. Secretário Municipal de Saúde quantos agentes estão em campo. Por fim, deliberou a Comissão por fazer visitas nas Unidades Básicas de Saúde, Policlínica e Hospital Municipal para saber como estão os atendimentos e ouvir os munícipes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da CEV deu por encerrada a presente reunião, determinando a lavratura desta ata, que vai devidamente assinada por todos os presentes, por mim, pelo relator e pelo assessor jurídico, e pelos demais membros presentes. Eu, Otávio Augusto Mania (Assistente de Comissão Parlamentar Temporária), lavrei o presente documento e assino. Cubatão, vinte e um de março de dois mil e vinte e cinco.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

Marcio Silva Nascimento
Presidente

Guilherme dos Santos Malaquias
Relator

José Elan dos Santos Gomes
Membro

Otávio Augusto Mania
Assistente de Comissão Parlamentar Temporária

Alessandra Ferreira
Representante do Sr. Vereador Jair Ferreira Lucas

Viema Rosa
ASSESSORA POLÍTICA



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES INSTAURADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.058, DE 20 DE MARÇO DE 2025, PARA "TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS".

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às 11h00 (onze horas), nas dependências da sala de reuniões do Legislativo Municipal, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vereadores, constituída pela Resolução nº 3.058, de 20 de março de 2025, que tem por objeto "Tratar junto às autoridades competentes sobre o fluxo de atendimento para marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgico e transparência da fila de espera junto a regulação de vagas". Estiveram presentes na reunião os vereadores: Marcio Silva Nascimento – Presidente, José Elan dos Santos Gomes, Jair Ferreira Lucas. Também estiveram presentes o Dr. Otávio Augusto Mania, Assessor Técnico da Comissão, a Dra. Vilma Rosa, Assessora Política do Vereador Marcinho, além da Sra. Kátia, Chefe da DRACA (Divisão de Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria) e a Sra. Tânia, Assessora do Prefeito César Nascimento. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente da Comissão declarou aberta a reunião, destacando os objetivos do encontro, bem como apresentando os participantes. Informou que o foco seria discutir o funcionamento dos agendamentos de consultas, exames e procedimentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). A Sra. Kátia, Chefe da DRACA, ao ser indagada pelo Sr. Presidente, esclareceu que o agendamento de consultas generalistas é de responsabilidade das UBS, conforme o vínculo do paciente com a equipe da Estratégia de Saúde da Família. Explicou que o sistema atualmente utilizado é o 'Orizon', estando em fase de transição para o sistema 'Maestro', que tem como objetivo unificar os prontuários eletrônicos em toda a rede municipal, melhorando a gestão das informações. Ressaltou ainda que, em casos de demanda imediata, o paciente pode passar por triagem e ser atendido no mesmo dia. Informou também que todas as unidades são orientadas a manter registro de demanda reprimida, conforme determinação do Tribunal de Contas, embora tenha reconhecido que a padronização nem sempre é adotada em todas as unidades. A



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

Chefe da DRACA relatou que a equipe é composta por aproximadamente 40 servidores, distribuídos em funções de agendamento, regulação hospitalar e auditoria. Destacou, contudo, que um dos principais entraves tem sido a identificação das ligações telefônicas realizadas pela regulação, que, por surgirem como "número desconhecido" ou "spam", muitas vezes não são atendidas pelos pacientes. Explicou que estão em tratativas para registrar um número identificável, que traga a nomenclatura "Saúde" ou "Regulação" ao ser exibido nos aparelhos dos munícipes. Também destacou que quando o paciente não atende, a equipe encaminha uma lista para a UBS para que o agente comunitário localize o paciente. Quanto ao uso de novas tecnologias, a Sra. Kátia mencionou que está sendo planejada a implementação do WhatsApp como ferramenta oficial de comunicação para marcações. Destacou que experiências anteriores, como na carreta da mamografia, demonstraram sucesso na comunicação direta com os pacientes. Entretanto, informou que a implantação depende de processo licitatório. Ato contínuo, o Vereador José Elan dos Santos Gomes sugeriu, dentre as melhorias propostas, a criação de uma campanha informativa, através de panfletos, para orientar os pacientes sobre o processo de agendamento, além da divulgação do número oficial da regulação, visando maior clareza e transparência. Também sugeriu que, após as consultas, houvesse uma abordagem para informar o paciente sobre o próximo contato. Em sequência, o Vereador Jair Ferreira Lucas questionou especificamente sobre os processos de agendamento para pacientes oncológicos, destacando a necessidade de celeridade e critérios na classificação da prioridade de exames. Em resposta, a Sra. Kátia informou que os agendamentos de biópsias e demais exames oncológicos seguem um fluxo prioritário dentro da regulação. Explicou que os casos urgentes já são classificados de forma eletrônica no sistema, garantindo prioridade no atendimento. Além disso, relatou existir uma integração direta com o setor de regulação hospitalar, visando assegurar vagas nos hospitais credenciados, evitando atrasos desnecessários. Reforçou ainda que a priorização é feita de maneira isonômica, respeitando-se a ordem de entrada dentro do quadro prioritário. Foi destacado, por fim, que algumas unidades ainda adotam práticas próprias de agendamento, o que dificulta a integração das informações entre a DRACA e as UBS. A Chefe da DRACA informou que treinamentos e reuniões junto às novas chefias serão essenciais para a padronização dos

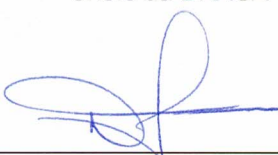
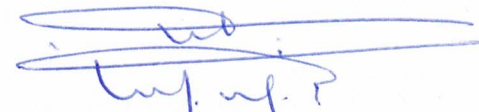


Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

fluxos com a implementação do sistema Maestro. O vereador Marcinho questiona Kátia sobre a existência de uma equipe responsável pela fiscalização das Unidades Básicas de Saúde e seus respectivos fluxos, e quem seriam os responsáveis. A Chefe da DRACA responde que há carência de recursos humanos, e que as fiscalizações são realizadas por Márcio, Secretário Municipal de Saúde, e pela própria Kátia, que também enfrenta dificuldades devido à escassez de pessoal. O Sr. Presidente da Comissão, Vereador Marcinho, reforçou a necessidade de que as unidades sigam os fluxos orientados e se colocou à disposição para acompanhar as melhorias propostas. Ficou definido que a comissão continuará acompanhando os trabalhos, diligenciará novas reuniões com o propósito de identificar os fluxos de atendimentos, cobrando as melhorias necessárias para garantir maior transparência e eficiência no atendimento à população. Nada mais havendo a tratar, determinou o Sr. Presidente o encerramento da reunião, da qual lavra a presente Ata, que depois de lida e achada, será assinada por todos os presentes.


Ver. José Elan dos Santos
Membro da CEV
Kátia
Chefe da DRACA
Vilma Rosa
Assessora Política do
Ver. Marcinho
Ver. Marcio Silva Nascimento
Presidente da CEV
Ver. Jair Ferreira Lucas
Tânia
Assessora do Prefeito César
Nascimento
Otávio Augusto Mania
Assessor Técnico da CEV
GUILHERME DOS SANTOS MALAQUIAS
GUILHER DO SALÃO
VEREADOR
PSB



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES INSTAURADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.058, DE 20 DE MARÇO DE 2025, PARA "TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS".

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às 15h (quinze horas), na sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vereadores instaurada pela Resolução nº 3.058, de 20 de março de 2025, com o objetivo de "tratar junto às autoridades competentes sobre o fluxo de atendimento para marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos, e a transparência da fila de espera junto à regulação de vagas". Estiveram presentes os seguintes participantes: Vereadores Márcio Silva Nascimento (Presidente), Guilherme dos Santos Malaquias (Relator) e José Elan dos Santos Gomes (Membro); Alessandra Ferreira – Servidora Cedida (representando o Vereador Jair Ferreira Lucas); Maria Jucileide de Lima Silva – Assessora Parlamentar de Comunicação; Vilma Rosa da Conceição – Assessora Política; Nívia Xavier de S. Ferreira de Macedo – Chefe de Gabinete; Genival Honório dos Santos – Servidor Cedido; Thamara Neres dos Santos França – Chefe de Gabinete; Dr. Otávio Augusto Mania – Assistente de Comissão Parlamentar Temporária; Luana Dourado – Supervisora da Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa (AFIP), convidada da Comissão; e, como ouvintes (não convidados pela CEV): Beatriz Pedroza Rodrigues – Diretora do Departamento de Atenção à Saúde (DAS); Éricles Vieira da Silva Santos – Chefe da Divisão de Atenção Básica (DAB); Odair Wilson Gaspri Júnior – Chefe do Serviço Ambulatorial de Especialidades; Edjane Viana de Souza – Chefe da Divisão de Saúde Mental; Adeíza Monteiro – Secretária Adjunta de Ciência, Inovação e Tecnologia; e os munícipes Iraci Pereira Hader, Lauana Aparecida J. Quadros e Gladistone Ferreira de Macedo. O Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, em especial da Sra. Luana Dourado, da AFIP. Em seguida, apresentou os principais pontos da pauta: discussão sobre o fluxo de atendimento para marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos; transparência da fila de espera junto à regulação de vagas; análise da oferta de exames disponibilizados pela AFIP às Unidades Básicas de Saúde (UBS); e esclarecimentos sobre o contrato celebrado entre a AFIP e o Município. Foram dirigidas a Sra. Luana Dourado perguntas pertinentes à atuação da AFIP e aos serviços prestados, conforme descrito a seguir. Qual o cargo que a representante da AFIP ocupa e quais são as suas atribuições? A colaboradora esclareceu que trabalha como Supervisora dos Serviços de Laboratório. Mencionou que também elabora relatórios de coleta de exames, treinamentos e escalas das equipes envolvidas, atuando como Responsável Técnica da AFIP perante a Municipalidade. Complementou que a AFIP é responsável pela realização dos exames laboratoriais demandados pelas UBS, mas que não realiza os agendamentos, sendo esta tarefa de responsabilidade da Regulação de Vagas. Os serviços prestados pela AFIP ao Município compreendem quais áreas? Quais são os serviços prestados? A AFIP realiza os serviços de coleta de amostras biológicas (serviços de laboratório) às Unidades Básicas de Saúde. Quais as informações referentes ao contrato a representante podem esclarecer, tais como vigência, valor e possíveis alterações? A Supervisora tem conhecimento de que o contrato é renovado



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

anualmente, salvo engano, no mês de dezembro. Embora tenha os dados sobre os exames coletados mensalmente por cada Unidade Básica de Saúde, não sabe informar o valor do contrato firmado entre a AFIP e a Municipalidade. Destacou que há um setor responsável por finanças e contratos, e que maiores esclarecimentos podem ser obtidos com a Sra. Vanessa Torezan. Sobre alterações contratuais, tem ciência de que o contrato foi reduzido em 50% (cinquenta por cento), impactando na oferta de exames às UBS. O Vereador Guilherme do Salão solicitou a palavra e perguntou a respeito da quantidade de exames disponibilizados para cada Unidade Básica de Saúde. A representante da AFIP afirmou que possui os dados quantitativos dos exames ofertados em cada UBS, e que poderá fornecê-los à CEV, esclarecendo que estes são disponibilizados pela Regulação de Vagas. Restou consignado que a Comissão requisitará as referidas informações. A oferta prevista em contrato atende a contento as demandas do município? Reiterou que a AFIP não faz agendamentos de exames, que as demandas são encaminhadas pela Regulação de Vagas. Citou o exemplo da UBS Morro do Índio, onde ocorre a maior demanda - 40 (quarenta) pacientes semanais. Discorreu que a AFIP encaminha 02 (dois) profissionais para a coleta dos exames dos pacientes listados pela Regulação de Vagas. Em suma, os coletores verificam se os pacientes realizaram o devido preparo e fazem o atendimento conforme a respectiva lista da UBS que é encaminhada pela Regulação de Vagas. A AFIP tem um controle das ofertas de exames distribuídas para as Unidades Básicas de Saúde? Os agendamentos dos exames são realizados pela respectivas UBS, e as Unidades encaminham as agendas para a Regulação de Vagas, que por sua vez, informam a AFIP. A AFIP faz o atendimento dos pacientes e transmite por e-mail o quantitativo de exames disponíveis mês para cada UBS, mas é a Regulação de Vagas que encaminha a lista dos pacientes agendados. A AFIP não tem conhecimento dos critérios utilizados pelas UBS para a marcação dos exames. Esclareceu que a coleta é realizada semanalmente, com exceções das Unidade Básica de Saúde Jardim Nova República, onde as coletas ocorrem 2 (duas) vezes por semana, e das UBS Cota 200, Água Fria, Pilões e Vale Verde, onde as coletas ocorrem quinzenalmente. A AFIP é responsável pela organização e distribuição dos exames às Unidades Básicas de Saúde? Como é feita essa distribuição? Não. A Regulação de Vagas encaminha por e-mail às UBS uma planilha com os quantitativos disponíveis. As planilhas são preenchidas pelas respectivas UBS e devolvidas à Regulação, que alimentam um drive, do qual a AFIP pode visualizar e imprimir, mas sem a possibilidade de alterar ou manipular qualquer dado. Afirmou não ter conhecimento a respeito de quem acessa ou alimenta as planilhas nas Unidades Básicas de Saúde, tendo ciência de que no drive é a Regulação de Vagas que insere os dados dos pacientes agendados para a coleta de exames em cada Unidade Básica de Saúde. Qual o quantitativo de exames disponibilizados para cada Unidade Básica de Saúde? Discorreu que a disponibilidade é por número de pacientes, em regra, semanal, com os seguintes quantitativos por Unidades Básicas de Saúde: Cota 200 - 25 (quinzenal), Cota 95 - 25, Água Fria - 25 (quinzenal), Pilões - 25 (quinzenal), Vale Verde - 25 (quinzenal), Mário Covas - 30, Morro do Índio - 40, Vila Esperança - 40, Ilha Caraguatá - 30, Vila dos Pescadores - 30, Jardim Nova República - 35 (duas vezes por semana), Jardim Casqueiro - 40, Área 5 - 25, Jardim 31 de Março - 30, Vila Natal - 30, CSU - 35, Vila Nova - 25 e Vila São José - 40. No caso de pacientes acamados como é realizado esse atendimento? Qual a disponibilidade para esses pacientes? Quem faz a coleta



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

das amostras? A coleta domiciliar é feita pelos enfermeiros de cada Unidade Básica, e tais demandas não estão limitadas ao quantitativo anteriormente informado. Cada UBS indica na sua respectiva planilha o número de pacientes atendimentos e quais se referem a coleta domiciliar. O Presidente da Comissão citou as inúmeras reclamações trazidas por munícipes a respeito da demora para a realização de exames laboratoriais, registrando relatos de pacientes que ocupam a centésima posição na fila de espera. Sobre isso questionou se a representante da AFIP tem conhecimento das demandas reprimidas nas UBS. Afirmou que sim, porque algumas vezes é procurada pelas Unidades com pedidos de encaixe de pacientes, mas que orienta a se reportarem a Regulação que é o setor responsável pela disponibilização das vagas. Demonstrando o relatado, o Presidente registrou o caso da Sra. Helena Alves Santos que aguarda a realização de um hemograma pela UBS Jardim 31 de Março. A UBS informou a munícipe que existem 306 pacientes na sua frente aguardando para realizar o referido exame. Diante do caso, perguntou se a AFIP tem conhecimento de demandas como essas e da existência de filas de espera nessa ordem em alguma UBS? A representante declarou não ter conhecimento dessa informação. Aberta a palavra aos demais presentes à reunião, a Assessora do Vereador Jair do Bar, Alessandra Ferreira, pontuou que a principal queixa da população é a demora na realização dos exames, e mesmo nos casos em que o médico solicita urgência a UBS informa a impossibilidade, em razão de ter atingido a cota ofertada pela regulação. Nesse cenário a UBS orienta contatar a Regulação, mas o Setor solicita a presença do paciente munido com RG, dificultando a busca de informações e auxílio ao munícipe, que por diversos motivos e dificuldades não consegue se deslocar até a Regulação de Vagas. Destacou também a falta de acolhimento, visto que muitas vezes o paciente sai da UBS e de outras Unidades de Saúde, a exemplo da Policlínica, com a guia de exame sem receber orientações sobre como e onde o exame deverá ser agendado. Concluiu ponderando que cada Unidade deve destacar um profissional para fazer esse acolhimento. O Sr. Odair, Chefe de Serviço Ambulatorial de Especialidades, afirmou que esse profissional já existe, o denominado Pós-Consulta, descrevendo que é comum o paciente retornar a UBS para buscar informações, sendo então direcionado a Sala 18 da Policlínica. Registrou ainda, que embora exista uma vacância de funcionários, inclusive em razão de férias, há uma funcionária destacada pela Caminho de Damasco prestando o serviço de Pós-consulta. O Presidente da CEV, por sua vez, ressaltou que a falta desse profissional foi identificada nas Unidades Básicas de Saúde. Em complemento, o Sr. Éricles Vieira, Chefe da Divisão de Atenção Básica, afirmou que o profissional de pós-consulta também existe nas UBS. Discorreu que o pós-consulta é um profissional administrativo designado pela Caminho de Damasco, especificamente, para essa função - direcionar o paciente na saída de consulta aos respectivos serviços - mas que em algumas Unidades, pontualmente, estão adequando um profissional com esse perfil. Registrou também que a orientação transmitida as UBS é que o profissional de pós-consulta seja identificado no quadro de funcionários de cada unidade, permitindo assim que o munícipe tenha conhecimento e acesso as devidas orientações. O Relator da Comissão, Vereador Guilherme do Salão, indagou sobre quais unidades dispõem desse profissional, e se desde o início do contrato esse acolhimento pós-consulta existe nas UBS? O Sr. Éricles afirmou que todas as UBS possuem o profissional pós-consulta, mas não desde o início



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

do contrato em 2023. Acredita que esse serviço de acolhimento foi disponibilizado em 2024, o que foi corroborado pelo Sr. Odair. Diante do exposto, o Relator atentou ao fato de que por um considerável período as UBS não contavam com esse serviço, já que pelo relatado não é possível precisar quando efetivamente foi implantado o pós-consulta. Em seguida, perguntou se a medida foi positiva e se houve melhora no atendimento. O Sr. Éricles afirmou que sim, que o serviço vem funcionando bem, e que os profissionais inclusive têm recebido elogios dos pacientes. Retomando a palavra, o Presidente voltou ao caso da munícipe que foi orientada a aguardar a disponibilidade do exame de hemograma, uma vez que 306 pacientes a antecederiam na fila de espera, segundo a informação da UBS. Em seguida perguntou: como ocorre o registro dessa demanda reprimida; se há um Sistema Informatizado e como se operacionaliza o agendamento após a abertura da vaga. O Sr. Éricles esclareceu que a Unidade insere o paciente em uma lista de demanda reprimida, e que isso não é via Sistema, é um controle planilhado pela própria UBS com os dados do paciente, quantidade e tipos de exames solicitados pelo médico e outras informações minimamente necessárias para o agendamento e tão logo seja disponibilizado a vaga para o exame, consulta ou procedimento é feito o agendamento no respectivo Sistema (Ex; SISREG, Planilha encaminhada para a Regulação). Afirmou que nas UBS há um Sistema Integrado em fase de implantação. Discorreu que caso seja disponibilizado 25 ofertas de exames, a UBS vai retirar da planilha de demanda reprimida os primeiros 25 pacientes, solicitando o agendamento junto a Regulação de Vagas, com exceção dos casos de urgência. Em complemento as informações trazidas pela Luana, informou que conforme o grupo prioritário alguns exames podem ser feitos na Casa de Coleta (gestantes e menores de 5 anos de idade) e no Laboratório do Hospital Municipal, contextualizando que a demanda reprimida também pode ser encaminhada para essas referências. Diante do informado pela representante da AFIP, o Presidente perguntou: considerando que no caso da UBS Jardim 31 de Março são atendidos 30 pacientes por semana, a munícipe citada aguardaria então 02 (dois) meses e 15 (quinze dias) para a realização do exame de hemograma? O Sr. Éricles afirmou que seguindo o fluxo atual sim, porque o agendamento é feito no quantitativo de exames disponibilizado para a Atenção Básica, e que isso é uma questão contratual. Expôs que há um novo credenciamento em andamento, baseado em estudos do fluxo e das demandas reprimidas, com a expectativa de reparar as vagas ofertadas, reconhecendo que o atual contrato não atende de fato as demandas que o Município necessita. A Assessora Política, Vilma Rosa, inquireu se o referido credenciamento é para a contratação de novos laboratórios ou ampliação do quantitativo ofertado pela AFIP, visto que foi informado a esta CEV que o contrato foi reduzido em 50% (cinquenta por cento). O Chefe da Divisão de Atenção Básica, Sr. Éricles, esclareceu que o credenciamento visa atender a sobredemanda do Município, conforme o quantitativo levantado pela Secretaria de Saúde. Iniciado este contrato o objetivo é promover um mutirão para zerar as demandas reprimidas e retomar a normalidade dos atendimentos, avaliando quais as UBS que necessitam de maior oferta de exames e dias adicionais de coleta. Consignou ainda que o credenciamento pode ser encerrado a qualquer momento, caso não atenda mais aos interesses e necessidades do Município. Ainda sobre o tema, o Presidente da Comissão considerou que a redução do contrato impactou no atendimento a contento da população, e perguntou se a Divisão de Atenção Básica



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

também assim considera. O Chefe da Divisão respondeu que sim. Outro questionamento foi sobre a possibilidade de a Casa de Coleta atender a sobre demanda e diminuir o quantitativo de demanda reprimida. O Chefe da DAB explicou que não, pois trata-se do mesmo contrato. Esclareceu que a Casa de Coleta é apenas mais o local de referência dos serviços de coleta de exames no Município. O Vereador e Relator da CEV, Guilherme do Salão, perguntou o que justificou a redução do contrato. O Sr. Éricles registrou que a questão contratual é tratada pelo Departamento Administrativo Financeiro. Ainda com a palavra, o Relator perguntou a respeito do quadro de funcionários da AFIP e a forma de distribuição dos colaboradores. A Sra. Luana informou que são 15 (quinze) funcionários que atendem na Casa de Coleta e 04 (quatro) UBS por dia, onde são enviados 02 (dois) colaboradores para cada UBS. O Sr. Éricles pediu a palavra para esclarecer sobre o funcionamento da Casa de Coleta. Informou que não é um serviço ou oferta adicional, mas uma coleta especializada, focada em públicos-alvo específicos: crianças de até 2 anos (corrigindo a informação anterior) e gestantes. O Relator indagou se o quadro de funcionários da AFIP é suficiente para atender as 18 UBS do Município. A Supervisora referiu que são atendidas 4 UBS por dia, ou seja, não há atendimento simultâneo a todas as UBS. A Assessora do Vereador Jair do Bar, Sra. Alessandra Ferreira, perguntou se a Casa de Coleta não poderia atender os casos de exames laboratoriais solicitados com urgência. Segundo o Sr. Éricles os casos de urgência são igualmente regulados, e um médico auditor da Regulação avalia a urgência, e a depender do caso autoriza o agendamento do exame. O Servidor Genival destacou o já reconhecido impacto da redução contratual de oferta de exames laboratoriais, questionamento se na falta do paciente a coleta do exame, o número de abstenções já não poderia ser direcionado aos pacientes na fila de espera, encaixando-os conforme a ordem cronológica. O Sr. Éricles discorreu que não pode responder sobre procedimentos da Regulação, mas pode afirmar que todos os pacientes são regulados e que não há a possibilidade de encaixes, sendo atendidos apenas os pacientes agendados. Ainda considerando os casos de pacientes que não comparecem a coleta de exames, o Servidor Genival pontuou se não era possível acrescentar na planilha de exames da semana seguinte o número de exames que não foram coletados, como forma de melhor gestão e manutenção das vagas. O ponderado pode ser uma sugestão a ser encaminhada para a Regulação de Vagas, mas não sabe dizer se isso é possível, registrou o Chefe da DAB. No mesmo sentido, o Presidente direcionou essa ponderação a representante da AFIP. Tomando por exemplo a UBS 31 de Março onde são atendidos 30 pacientes por semana. No caso do não comparecimento de 10 pacientes, como é feita essa gestão? É possível que essas abstenções sejam preenchidas na semana seguinte, acrescidas a oferta inicial, a fim de que sejam atendidas a fila de espera da UBS. A Sra. Luana esclareceu que esse fluxo não existe e que agenda de exames não sofre alteração. O Servidor Genival, que inaugurou o questionamento sobre a gestão das abstenções, ponderou sobre a possibilidade de cada UBS informar a Regulação de Vagas o número de agendas não preenchidas, e este número ser redirecionado a lista de espera. A representante da AFIP asseverou que cabe a Regulação a gestão de vagas, reiterando que esse tramite não existe, e que a dinâmica apresentada teria que ser sugerida a Regulação de Vagas. O Presidente da Comissão destacou que entende as questões de ordem técnica como preparo e conservação de amostras, mas acredita que administrativamente seja



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

possível reduzir a fila de espera remanejando as vagas de exames não preenchidas. O Chefe da DAB explicou que o seu Departamento não tem controle dessa gestão, porque embora as UBS lide com a disponibilidade de pacientes, a Regulação de Vagas regula o número de exames ofertados e cada exame é tabelado com um valor. Afirmou que o proposto envolveria questões de ordem financeira, fugindo do escopo do DAB, mas que nada impede que a sugestão seja estudada. O Presidente franqueou a palavra aos demais presentes, registrando que a CEV debate diversas outras questões, como serviços de fisioterapia, consultas e procedimentos médicos, e que ideias discutidas visam minimizar os problemas no atendimento aos Municípios. Esclareceu que o caso da Sra. Helena se repete em inúmeros outros casos que são reportados a esta Comissão e aos demais Vereadores da Casa. Citou o exemplo de uma criança atendida pela UBS Vale Verde, que aguarda a realização de um exame desde o mês de janeiro, e que segundo a Unidade 230 pacientes estão na fila de espera. O Município Gladstone pediu o uso da palavra e perguntou se o município recebe antecipadamente, um ou dois dias antes, alguma mensagem via WhatsApp sobre o agendamento do exame, o que evitaria o não comparecimento e possibilitaria o encaixe de outro paciente. O Sr. Éricles informou que com a implantação do novo Sistema Integrado existe a expectativa de que o aplicativo disponha de funcionalidades que permitam disparar comunicações e lembretes aos pacientes, espelhado em casos que dão certo como o AME. Reconhece que infelizmente existe o absenteísmo, embora no ato do agendamento seja feito um trabalho de conscientização sobre a importância do comparecimento, dando ciência ao paciente sobre a grande demanda existente no Município. O Presidente da CEV indagou ao Sr. Éricles sobre qual a previsão dessa ferramenta estar disponível a população. O declarante afirmou não saber se a ferramenta já estará disponível nessa primeira fase de implantação, mas a previsão é de que ainda neste exercício seja inaugurado o Sistema e suas funcionalidades. Informou que existe um cronograma de implantação do Sistema Integrado bastante avançado, e que superava algumas necessidades iniciais, como por exemplo a lista de espera, outros aperfeiçoamentos serão feitos. Em complemento, a Secretária Adjunta de Ciência, Inovação e Tecnologia, Adeíza Monteiro, consignou que na última reunião de apresentação do Sistema a previsão de apresentada foi agosto de 2025, e que eventuais ajustes, funcionalidades e necessidades de aperfeiçoamento serão solicitadas pela Municipalidade que é a contratante do serviço, como é o caso de comunicações e avisos aos pacientes que é uma ferramenta extremamente importante. O Sr. Éricles retomou a palavra para falar das abstenções, registrando que embora haja dias fixos para a coleta dos exames laboratoriais, pontualmente, é tratado junto ao prestador do serviço o remanejamento das agendas em caso de feriados. Pontuando que apesar de atualmente não serem utilizadas as vagas dos pacientes faltantes a agenda de feriado não é perdida, e que a questão do absenteísmo não compete diretamente a DAB, mas que cabe o incentivo ao comparecimento e ações voltadas a sua diminuição. Franqueada a palavra, o Dr. Otávio Augusto Mania, Assistente da Comissão e Procurador Legislativo, perguntou a respeito do número de laboratórios credenciados que apresentam condições de atender a demanda do Município. O Sr. Éricles discorreu que o credenciamento já foi iniciado com 02 (duas) empresas interessadas, mas como o credenciamento é aberto é possível que outros laboratórios participem. No mesmo contexto, o Presidente perguntou sobre o prazo de contratação por credenciamento. O Sr. Éricles



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

esclareceu que por tratar-se de serviço contínuo o prazo é de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período. Caminhando para o fim o Presidente agradeceu a presença da Sra. Luana Dourado, Supervisora da AFIP e demais participantes da reunião de Comissão, registrando que o objetivo da CEV é contribuir com a melhora do fluxo de atendimento, reconhecendo a entrega e dedicação dos profissionais de saúde, mas que mudanças tem impactado o município na ponta, que recorre aos Vereadores, e estes no uso de suas prerrogativas devem fiscalizar a atuação do Executivo, apresentar propostas e medidas que atendam o interesse público. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da CEV deu por encerrada a presente reunião às 16h00, determinando a lavratura desta ata, que vai devidamente assinada por todos os presentes, por mim, pelo relator e pelo assessor jurídico, e pelos membros presentes. Eu, Otávio Augusto Mania (Assistente de Comissão Parlamentar Temporária), lavrei o presente documento e assino. Cubatão, três de abril de dois mil e vinte e cinco.

Márcio Silva Nascimento
Presidente

Guilherme dos Santos Malaquias
Relator

José Elan dos Santos Gomes
Membro

Vilma Rosa da Conceição
Assessora Política

Dr. Otávio Augusto Mania
Ass. de Comissão Parlamentar
Temporária

Alessandra Ferreira
Assessora Ver. Jair do Bar

Luana Dourado
Supervisora da AFIP

Éricles Vieira da Silva Santos
Chefe da Divisão de Atenção Básica



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

Odair Wilson Gaspri Júnior
Chefe de Serv. Ambulatorial de
Especialidades

Adeíza Monteiro
Secretária Adjunta da Secretaria Municipal
de Ciência, Inovação e Tecnologia

Genival Honório dos Santos
Servidor Cedido

Gladistone Ferreira de Macedo
Munícipe

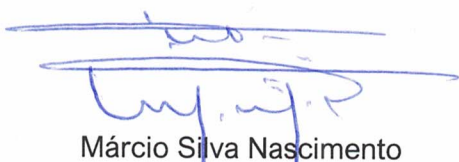


Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

ATA DE REUNIÃO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES INSTAURADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.058, DE 20 DE MARÇO DE 2025, PARA "TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS".

Aos 04 dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, às 15h00 (quinze horas), na sala de reuniões deste Legislativo, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vereadores, instaurada pela Resolução nº 3.058, de 20 de março de 2025, que tem por objeto *"tratar junto às autoridades competentes sobre o fluxo de atendimento para marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos e transparência da fila de espera junto a regulação de vagas"*. Estiveram presentes à reunião: os Vereadores, Márcio Silva Nascimento - Presidente, Guilherme dos Santos Malaquias - Relator e José Elan dos Santos Gomes - Membro, a Sra. Vilma Rosa da Conceição - Assessora Política e o Dr. Otávio Augusto Mania - Assistente de Comissão Parlamentar Temporária. A CEV deliberou pela realização de diligências aleatórias nas Unidades Básicas de Saúde do Município, facultando a CEV a elaboração de relatórios das respectivas visitas/diligências. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da CEV deu por encerrada a presente reunião às 15h30, determinando a lavratura desta ata, que vai devidamente assinada por todos os presentes. por mim, pelo relator e pelo assessor jurídico, e pelos membros presentes. Eu, Otávio Augusto Mania (Assistente de Comissão Parlamentar Temporária), lavrei o presente documento e assino. Cubatão, quatro de abril de dois mil e vinte e cinco.



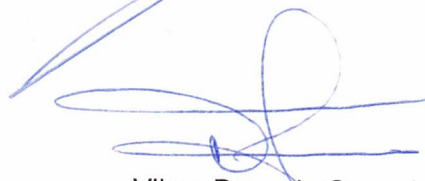
Márcio Silva Nascimento
Presidente



Guilherme dos Santos Malaquias
Relator



José Elan dos Santos Gomes
Membro



Vilma Rosa da Conceição
Assessora Política



Dr. Otávio Augusto Mania
Ass. de Comissão Parlamentar Temporária



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES INSTAURADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.058, DE 20 DE MARÇO DE 2025, PARA "TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS".

Aos 21 dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco, às 14h00 (quatorze horas), na sala de reuniões deste Legislativo, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vereadores, instaurada pela Resolução nº 3.058, de 20 de março de 2025, que tem por objeto "tratar junto às autoridades competentes sobre o fluxo de atendimento para marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos e transparência da fila de espera junto a regulação de vagas". Presidida pelo Vereador Márcio da Silva Nascimento (Vereador Marcinho), a reunião contou com a participação do Vereador Guilherme dos Santos Malaquias (Ver. Guilherme do Salão), do Vereador Alexandre Mendes da Silva (Ver. Topete), do Vereador José Elan dos Santos Gomes (Ver. Batoré), do Procurador Jurídico Otávio Augusto Mania, o secretário da Comissão Aurélio Schön Villas Bôas, a Assessora Parlamentar Vilma Rosa, além de representantes da Sociedade Brasileira Caminho de Damasco, responsáveis pela gestão das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município, Silvia Urbaniski, gerente especial da OS Caminho de Damasco; Daniela S. Cardoso Soares, da gerência administrativa da atenção primária; e Evandro Vilela, gerente assistencial corporativo. Estiveram presentes ainda as gestoras Angélica Ferreira de Brito, Administradora Hospitalar/SBCD; Ticiane, gerente assistencial; também compareceram as munícipes Stefany Mendes Nascimento, Dona Helena e Zuleide, convidados para relatar suas experiências no fluxo de atendimento e agendamento nas unidades de saúde. O Sr. Presidente, Vereador Marcinho, declarou aberta a reunião, e iniciou os trabalhos contextualizando a finalidade da reunião: ouvir os relatos da população para compreender as dificuldades enfrentadas e, posteriormente, dialogar com os gestores da saúde municipal para buscar soluções. A primeira munícipe ouvida foi a Stefany, moradora do bairro Vila Couto, que relatou ter iniciado seu pré-natal na UBS da Área 5 com 3 meses de gestação. Informou que o médico solicitou exames fundamentais a serem realizados entre a sétima e oitava semanas. No entanto, após entregar todos os documentos necessários à recepção, foi orientada a aguardar contato telefônico que nunca ocorreu. Passou o mês de novembro sem ser chamada, e, sem alternativas, realizou a bateria de exames na rede particular em dezembro. Quando retornou à unidade, foi informada que deveria continuar aguardando, pois esse seria o procedimento padrão. Somente aos sete meses de gestação, ao procurar novamente a unidade, descobriu que seu cadastro e solicitação de exames não constavam no sistema. A regularização do cadastro só foi feita no oitavo mês de gestação. Ressaltou que, ao ser informada sobre a ausência de seu cadastro, a equipe da recepção a questionou se realmente havia entregue a documentação, criando-lhe constrangimento. Além disso, foi orientada de que a ultrassonografia e demais exames morfológicos de segundo e terceiro trimestre não seriam realizados pelo SUS, mas posteriormente soube que outras unidades, como a UBS 31 de Março realizava tal exame, evidenciando falta de uniformidade nas informações. Por fim, relatou ter custeado exames particulares por receio de perder os prazos necessários para o acompanhamento gestacional. Ao ouvir o relato da munícipe Stefany, o



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

Vereador Guilherme do Salão buscou entender os detalhes sobre o processo de solicitação e realização dos exames durante o pré-natal, fazendo perguntas objetivas para esclarecer a dinâmica da situação. Mostrou-se preocupado ao constatar que a paciente não possuía cadastro no sistema e sequer recebeu informações sobre os prazos para a realização dos exames, especialmente considerando a importância do acompanhamento gestacional adequado. Ressaltou que casos como este mostram a necessidade de que haja maior atenção e priorização no atendimento a gestantes dentro do sistema público de saúde. Questionada sobre o acolhimento recebido, indagando se, após sair da consulta médica, houve algum profissional que a abordasse ou a orientasse sobre os procedimentos seguintes, Stefany respondeu que, após a consulta com a enfermeira e, posteriormente, com o médico generalista, não houve qualquer acompanhamento até o balcão de atendimento ou orientação adicional por parte da equipe de acolhimento da unidade. Tal relato evidenciou a necessidade de melhorar a atuação das equipes no acolhimento, garantindo que o paciente não apenas entregue os documentos necessários no balcão de atendimento, mas também compreenda integralmente o fluxo a ser seguido, os prazos esperados e os canais pelos quais poderá acompanhar o andamento de seus pedidos. Em seguida, foi ouvida a Dona Helena, também moradora do bairro Vila Couto, que relatou ter passado pela UBS 31 de Março no dia 26 de fevereiro, ocasião em que foram solicitados hemograma e eletrocardiograma. Recebeu orientação de aguardar contato telefônico para o agendamento, porém nunca recebeu ligação ou mensagem. Ao retornar à unidade, foi informada que estava na fila de espera, com 600 pessoas à sua frente, e que, por ter 81 anos, seria considerada prioridade. Dona Helena relatou angústia ao precisar atender todas as chamadas telefônicas desconhecidas, receosa de ser vítima de trotes, porém, com receio de perder um eventual contato da unidade, ainda assim, atendeu todas as ligações. Considerou o orçamento de R\$ 300,00 para exame particular elevado e, por isso, decidiu aguardar. Também relatou que, mesmo após ter fornecido seu número de contato, não recebeu mensagens de WhatsApp nem visitas de Agentes Comunitários de Saúde em sua residência. Dona Helena reforçou a importância dos exames para ela, pois está impedida de realizar atividades físicas em função da ausência de exames que são pré-requisitos obrigatórios para a prática. O Vereador Marcinho expressou preocupação com a dimensão das filas de espera e com a falta de informações repassadas aos pacientes sobre o andamento dos agendamentos. Destacou que seria importante que as unidades de saúde disponibilizassem orientações mais claras e atualizadas aos pacientes, evitando que fiquem longos períodos aguardando, muitas vezes sem saber ao certo qual o status de seus pedidos. Na sequência, Dona Zuleide, moradora do bairro Vale Verde, relatou sua experiência com o atendimento de seu filho Emanuel, menor de idade. Informou que o médico da UBS do Vale Verde solicitou exames em 19 de novembro de 2024, mas até a presente data não foi chamada para realizá-los. Ao buscar informações em março de 2025, foi informada de que "estava na fila de espera", sem qualquer previsão ou detalhamento de sua posição. Deixou dois números de telefone para contato, mas não recebeu chamadas nem mensagens. Zuleide também aguarda desde julho de 2024 encaminhamento para consulta com ortopedista, novamente sem qualquer retorno. Relatou que reside há três anos no bairro do Vale Verde e que jamais recebeu visita de Agente Comunitário de Saúde. Ressaltou que, quando indagou sobre o

Rubrica
DSCSDS
ECSV



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

meio de contato, a atendente mencionou a possibilidade de enviar mensagens por WhatsApp ou acionar o agente comunitário, mas nenhuma dessas alternativas foi adotada. Outro ponto crítico foi o fato de a guia de encaminhamento ter permanecido retida na unidade, contrariando a orientação padrão de que deve permanecer com o paciente. O Vereador Guilherme reforçou a necessidade de se aprimorar os canais de comunicação entre as unidades de saúde e os pacientes. Observou que, especialmente em bairros com dificuldades de sinal telefônico, como o Vale Verde, seria interessante que se buscassem alternativas, como o envio de mensagens por WhatsApp ou o fortalecimento do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde. Sugeriu que, nestes casos, a visita domiciliar poderia ser uma solução eficiente para garantir que os pacientes recebam as informações necessárias. Após os relatos dos munícipes, o Vereador Marcinho destacou que as falhas relatadas são recorrentes e que a comissão tem constatado, em visitas às unidades, a existência de filas superiores a 900 pessoas aguardando exames. O vereador também compartilhou sua experiência pessoal, relatando que, após ser encaminhado para dermatologista em abril de 2024, só conseguiu agendar exame para maio de 2025, evidenciando a morosidade do sistema de agendamento. A assessora parlamentar Vilma Rosa, presente na reunião, também trouxe um relato pessoal, informando que, devido a uma anemia, precisou adquirir o medicamento Noripurum, uma vez que não o encontrou na rede pública. Além disso, precisou buscar atendimento no Pronto-Socorro para realizar a aplicação intravenosa, uma vez que a Unidade Básica do Bairro 31 de Março não possuía equipo, tampouco material médico para procedimentos, resultando em ocupação de espaço no PS que poderia ser destinado a pacientes em situação de maior emergência. O Vereador Topete complementou que a experiência da assessora Vilma se assemelha à de sua própria esposa, que também necessitou realizar aplicação de Noripurum no Pronto-Socorro. Ressaltou que, embora o medicamento esteja disponível na rede pública, foi esclarecido pelos presentes que o medicamento geralmente é destinado apenas em casos mais graves ou emergenciais. O vereador pediu prioridade na questão de identificação das chamadas reconhecidas como "spam" e reconheceu o tempo de espera no aguardo para realização de exames está muito elevado, chamou a atenção para a necessidade de padronizar os fluxos, diminuir as filas de espera e garantir que pacientes sejam informados com maior clareza. Também solicitou aos representantes da Caminho de Damasco, que assim como casos relatados pela Dona Zuleide, dentre outros, caso não seja possível realizar o contato via telefone, que Agentes de Saúde façam visitas aos endereços e procedam com a marcação dos procedimentos pessoalmente. Durante a reunião, após a escuta dos munícipes e vereadores, a palavra foi concedida às representantes da Sociedade Brasileira Caminho de Damasco, responsável pela gestão das Unidades Básicas de Saúde e parte da rede assistencial de Cubatão. Angélica, a administradora do Hospital de Cubatão, iniciou sua fala explicando que a atuação da Organização Social está pautada em um contrato de gestão, que define a oferta de serviços conforme a série histórica de atendimentos realizados no município. Ela esclareceu que, com base nesse contrato, é estabelecido um número fixo de vagas para exames, consultas e procedimentos, as quais são disponibilizadas mensalmente à Secretaria Municipal de Saúde – Regulação de Vagas. Em relação ao funcionamento do sistema de agendamentos, Angélica pontuou que cabe exclusivamente à regulação municipal a responsabilidade por realizar a

Rubrica
DSCSDS
ECSV



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

distribuição dessas vagas aos munícipes, através do sistema Sisreg. Ela destacou que esse modelo, embora amplamente adotado em diversas cidades, gera frequentemente dúvidas e insatisfações por parte dos usuários, que, ao procurarem as unidades básicas ou o hospital para obter informações sobre o andamento de seus encaminhamentos, acabam sendo orientados a procurar a regulação municipal, pois nem a unidade, nem o hospital, possuem acesso direto à posição do paciente na fila ou previsão exata de quando ele será chamado. Além disso, Angélica destacou que, mesmo diante dessas limitações contratuais e operacionais, a Sociedade Brasileira Caminho de Damasco tem buscado superar as metas estabelecidas e ampliar o acesso da população aos serviços de saúde. Como exemplo, mencionou que, entre janeiro e junho de 2024, foram promovidos mutirões de exames, contemplando procedimentos como ultrassonografias, ecocardiogramas, tomografias e raios-X, com o objetivo de reduzir a demanda reprimida e dar maior celeridade aos atendimentos. Embora esses esforços tenham representado um avanço importante, Angélica admitiu que ainda não foi possível zerar as filas, especialmente em razão da elevada demanda e da capacidade física limitada das unidades e do hospital. Ela frisou que a Caminhos de Damasco segue empenhada em realizar esforços adicionais sempre que possível, mas que eventuais ampliações de oferta dependem também de ajustes contratuais e de maior aporte de recursos. Outro ponto destacado por Angélica foi a questão do absenteísmo. Ela informou que, no mês de julho de 2024, foram registradas aproximadamente mil faltas em um total de cerca de 6.500 pacientes agendados. Segundo Angélica, esse dado evidencia um desafio importante para a gestão, uma vez que a ausência dos pacientes compromete o planejamento das agendas e retarda o atendimento de outros munícipes que também aguardam por procedimentos. Angélica ponderou que, embora o absenteísmo seja uma realidade comum nos sistemas públicos de saúde, medidas podem ser adotadas para minimizá-lo, como o envio de mensagens ou ligações prévias para confirmar a presença do paciente. Reconheceu, contudo, que há dificuldades operacionais, especialmente em relação ao contato com pacientes que vivem em áreas com sinal telefônico precário, o que reforça a necessidade de se pensar em estratégias alternativas, como o fortalecimento do papel dos Agentes Comunitários de Saúde. Já Ticiane, gerente materno infantil assistencial do Hospital de Cubatão, explicou que o fluxo para agendamentos de exames e consultas gestacionais ocorre por meio do Sistema de Regulação (Sisreg), operado pela Secretaria Municipal de Saúde, que é responsável por organizar e distribuir as vagas disponíveis conforme a demanda registrada pelas unidades básicas de saúde, e outra parte dessas vagas são destinadas ao CAISM (Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher), assim que a gestante passa pela consulta médica, o profissional de saúde deve realizar o encaminhamento e inserir corretamente no sistema a marcação de prioridade, identificando a paciente como gestante. Esse registro é fundamental, pois permite que o sistema reconheça automaticamente a prioridade prevista por lei para esse grupo, agilizando o chamamento para exames e consultas. Ticiane destacou que, quando essa marcação não é realizada de forma adequada pelo profissional no momento do encaminhamento, o sistema acaba tratando a solicitação como se fosse de um paciente sem prioridade, o que pode resultar em demoras significativas no agendamento e em atraso no acompanhamento pré-natal. Ela reconheceu que esse tipo de erro pode ocorrer por falhas operacionais ou de preenchimento e ressaltou a

Rubrica
DSCSOS
ECSV



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

importância de capacitar continuamente as equipes para garantir que todas as gestantes sejam corretamente identificadas e priorizadas no fluxo de regulação, evitando prejuízos à sua assistência. Outro aspecto abordado por Ticiane foi que a responsabilidade pela regulação de vagas, segundo ela, não é atribuição direta da OS. A organização oferece um número fixo de vagas à Secretaria Municipal de Saúde, que, por meio da regulação, realiza a triagem e o agendamento dos pacientes, utilizando o sistema Sisreg, para posteriormente ser alimentado no sistema Salutem. Portanto, as unidades e o hospital não possuem autonomia para definir a ordem dos atendimentos, tampouco acesso direto para informar aos munícipes sua posição nas filas de espera, o que, segundo ela, gera muitas vezes frustração e confusão entre os usuários. Ticiane também destacou o programa em Laços de Acolhimento, em parceria com a municipalidade, em que há uma atenção especial ao acompanhamento das gestantes. Ela explicou que, como incentivo à frequência regular às consultas de pré-natal, as gestantes que mantêm uma participação ativa no acompanhamento recebem, ao final do processo, o kit da maternidade. Ticiane ressaltou que essa entrega busca valorizar o vínculo entre a gestante e a equipe de saúde, além de promover o engajamento no cuidado pré-natal, essencial para a segurança da mãe e do bebê. Na sequência, Silvia Urbaniski, gerente especial da Caminho de Damasco, reforçou as explicações de Ticiane e acrescentou considerações importantes sobre as falhas na comunicação entre o sistema de saúde e os munícipes. Silvia reconheceu que um dos principais desafios enfrentados atualmente é a dificuldade de efetivar o contato com os pacientes, principalmente devido a problemas de sinal de telefonia em bairros mais afastados, como o Vale Verde, onde reside a munícipe Zuleide. Silvia destacou que, conforme relato de Zuleide, e sugerido que, na ausência de sinal telefônico adequado, o contato poderia ser realizado via mensagens de WhatsApp ou através da visita de Agentes Comunitários de Saúde. No entanto, conforme também relatado, tais alternativas não foram implementadas de maneira eficaz. Silvia reconheceu que há necessidade de fortalecer esses mecanismos, propondo que se estabeleça um fluxo mais ativo e eficaz de comunicação, sobretudo com a utilização dos agentes comunitários para busca ativa, principalmente em regiões vulneráveis e com dificuldade de acesso tecnológico. Além disso, Silvia chamou a atenção para a fragilidade do atual modelo de comunicação, que ainda se apoia majoritariamente em contatos telefônicos, muitas vezes prejudicados por fatores como o bloqueio automático de chamadas classificadas como spam ou o receio de pacientes em atender números desconhecidos. Ela enfatizou que a modernização dos canais de contato e a capacitação das equipes são medidas essenciais para evitar que exames e consultas não sejam realizados por simples falha de comunicação. Por fim, Daniela, integrante da gerência administrativa da atenção primária da OS Caminhos de Damasco, complementou as falas das colegas e pontuou que a Organização está ciente dos gargalos existentes no fluxo de atendimento e no agendamento de procedimentos. Ela afirmou que, embora a responsabilidade formal pela regulação seja da Secretaria Municipal de Saúde, a OS está aberta e empenhada em colaborar na construção de novos fluxos operacionais, que garantam mais eficiência, segurança e humanização no atendimento aos usuários do SUS em Cubatão. Daniela reforçou que a OS tem procurado alinhar seus procedimentos aos protocolos estabelecidos pelo município, mas reconhece que há espaço para aperfeiçoamentos, sobretudo



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

no que diz respeito ao feedback oferecido aos usuários. Ela mencionou a necessidade de garantir que os pacientes sejam sempre devidamente informados sobre o andamento de seus encaminhamentos, evitando assim situações como as relatadas durante a reunião, em que cidadãos passam meses aguardando uma convocação que não ocorre, ou não sabem sequer se seu pedido foi devidamente processado e inserido no sistema. Daniela também destacou que, além do compromisso com o cumprimento das metas contratuais, a OS busca manter um ambiente de acolhimento e escuta ativa, valorizando iniciativas como a presente reunião da CEV, que, segundo ela, contribuem para uma análise mais realista e concreta dos desafios vivenciados na rede municipal de saúde. Na sequência, o Vereador Guilherme também reforçou a importância que se efetive um programa sistemático de busca ativa por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, que poderiam visitar os domicílios para agendar ou prestar esclarecimentos sobre exames e consultas pendentes aos pacientes. Destacou que tal medida, além de humanizar o atendimento, seria fundamental para reduzir as filas e otimizar o uso dos recursos. No encerramento, Guilherme reforçou, mais uma vez, a necessidade de que todas as ações discutidas não permaneçam apenas no campo das intenções, mas se traduzam em medidas concretas, com datas para cumprimento efetivo e com cronogramas de execução claramente definidos e publicizados à população. Afirmou que a CEV continuará a fiscalizar a evolução dessas propostas, e se coloca a disposição para auxiliar no que for possível. Silvia destacou que a Organização Social tem investido em ações de capacitação e que reconhece a necessidade permanente de qualificar os profissionais, especialmente aqueles que atuam na linha de frente, como os colaboradores das recepções e acolhimento. Ela explicou que, diante das falhas relatadas pelos munícipes, reconhece as fragilidades e a SBCD compreende que capacitar as equipes para orientar melhor os pacientes e executar os fluxos administrativos corretamente é uma das estratégias mais importantes para evitar problemas como a perda de cadastros, a falta de retorno sobre agendamentos e o encaminhamento inadequado das guias de exames e consultas. Evandro, gerente assistencial corporativo da OS, complementou que a organização reconhece os desafios enfrentados pelas unidades e está empenhado em atuar junto aos gestores municipais para implementar melhorias. Destacou que o trabalho conjunto entre a OS, a CEV e a Secretaria são essenciais para a superação das dificuldades. O Vereador José Elan destacou a importância da comunicação, pois a falta de clareza impacta diretamente na ineficácia dos atendimentos e consequentemente nos fluxos e agendamentos. Em diversos momentos, os vereadores reforçaram que o acolhimento é uma etapa fundamental do atendimento, não apenas para garantir a efetiva marcação dos exames e consultas, mas também, para garantir que o paciente se sinta acolhido, e norteado sobre os próximos passos para serem atendidos no âmbito municipal. A gerente administrativa Daniela também se manifestou sobre o tema, reiterando o compromisso da OS em colaborar para o aprimoramento dos fluxos de acolhimento e atendimento, reconhecendo que procedimentos operacionais padronizados garantirão maior segurança e satisfação dos usuários. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da CEV agradeceu a presença e participação de todos os presentes, parabenizou o debate e a colaboração de todos os presentes, mencionou que futuras convocatórias poderiam ser feitas e



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

deu por encerrada a presente reunião às 16h00, determinando a lavratura desta ata, que vai devidamente assinada por todos.

Márcio Silva Nascimento
Presidente da CEV

Guilherme dos Santos Malaquias
Relator - Vereador

José Elan dos Santos Gomes
Membro - Vereador

Alexandre Mendes da Silva
Presidente - Vereador

Dr. Otávio Augusto Mania
Procurador Jurídico Legislativo

Aurélio Schön Villas Bôas
Secretário da CEV

Vilma Rosa
Assessora Parlamentar

Silvia Urbaniski
Gerente Assistencial da SBCD

Assinado por:

Daniela Silva Cardoso Soares

B42CC0AC77C947D

Daniela S. Cardoso Soares
Gerente Administrativa da SBCD

DocuSigned by:

EVANDRO CEZAR SIQUEIRA VILELA

7D8652CE90B7464

Evandro Vilela
Gerente Assistencial Corporativo da SBCD

Angélica Ferreira de Brito
Administradora Hospitalar / SBCD

Tissiane de Cássia Mestre
Gerente Materno Infantil do Hospital

Stefany Mendes do Nascimento
Munícipe de Cubatão

Zuleide Mendes Dias Pereira
Munícipe de Cubatão

Helena Alves Santos
Munícipe de Cubatão

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 856A457C-8161-4E10-BEF8-E16338586309
 Assunto: ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE VEREADORES
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 7
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Tamires dos Santos Souza
 Rua Gabriela, 144 - Labienópolis
 Garça, SP 17400-000
 tamires.souza@sbcgsaude.org.br
 Endereço IP: 187.111.127.10

Rastreamento de registros

Status: Original
 11/08/2025 13:24:14

Portador: Tamires dos Santos Souza
 tamires.souza@sbcgsaude.org.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Daniela Silva Cardoso Soares
 daniela.soares@sbcgsaude.org.br
 Gerente Administrativo APS Cubatão
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

Assinatura

Assinado por:

 B42CC0AC77C947D...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP:
 2804:18:5047:f9d3:9c2a:5682:b458:d0d6

Registro de hora e data

Enviado: 11/08/2025 13:26:58
 Visualizado: 11/08/2025 14:12:21
 Assinado: 11/08/2025 14:13:30

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

EVANDRO CEZAR SIQUEIRA VILELA
 evandro.vilela@sbcgsaude.org.br
 Gerente Assistencial
 SBCD
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

DocuSigned by:

 7D8652CE90B7464...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP:
 2804:389:4086:a1cd:12b:85fb:8e11:644a

Enviado: 11/08/2025 13:26:59
 Reenviado: 11/08/2025 15:59:17
 Reenviado: 11/08/2025 16:26:26
 Visualizado: 11/08/2025 16:35:27
 Assinado: 11/08/2025 16:36:00

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	11/08/2025 13:26:59

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Entrega certificada	Segurança verificada	11/08/2025 16:35:27
Assinatura concluída	Segurança verificada	11/08/2025 16:36:00
Concluído	Segurança verificada	11/08/2025 16:36:00
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo.

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES INSTAURADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.058, DE 20 DE MARÇO DE 2025, PARA "TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS".

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco, às 14h00 (quatorze horas), na sala de reuniões deste Poder Legislativo, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vereadores, instaurada pela Resolução nº 3.058, de 20 de março de 2025, com a finalidade de "tratar junto às autoridades competentes sobre o fluxo de atendimento para marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos e transparência da fila de espera junto a regulação de vagas". Sob a presidência do Vereador Márcio da Silva Nascimento (Vereador Marcinho), a reunião contou com a participação do Vereador Guilherme dos Santos Malaquias (Vereador Guilherme do Salão), do Vereador José Elan dos Santos Gomes (Vereador Batoré), do Procurador Jurídico Otávio Augusto Mania, do secretário da Comissão Aurélio Schön Villas Bôas, da Assessora Parlamentar Vilma Rosa, bem como dos representantes Washington Duarte Coutinho – Gerente Administrativo do IASE (Instituto de Atenção à Saúde e Educação / Gestor da UPA) e Cristina da Silva e Souza – Diretora Institucional da Alpha (Empresa gestora do Pronto Socorro Central). O Senhor Presidente da Comissão declarou aberta a reunião, saudou e apresentou todos os presentes, dando início aos questionamentos aos representantes, começando pela vigência contratual das empresas Alpha e IASE com a municipalidade. Em relação à prestadora de serviços Alpha, responsável pelo Pronto Socorro Central, a Sra. Cristina informou que o contrato vigente foi firmado em novembro de 2023, com duração de dois anos, tendo término previsto para novembro de 2025. Em relação à empresa responsável pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o Sr. Washington, que assumiu suas funções há dois meses, informou que, no momento, não dispõe das informações sobre o período de vigência contratual, mas comprometeu-se a fornecê-las mediante solicitação formal da Comissão. Deliberou-se, assim, que a Comissão encaminhará ofício solicitando informações sobre os períodos contratuais da Alpha e do IASE. O Vereador Marcinho questionou sobre os serviços previstos nestes contratos. O Sr. Washington informou que ainda está realizando o levantamento dos dados relativos ao contrato da UPA, visto que assumiu recentemente a função e, por esse motivo, ainda não possui pleno conhecimento de todas as cláusulas contratuais. A Sra. Cristina detalhou que o contrato da Alpha rege a operacionalização e a assistência de três equipamentos: o Pronto Socorro Central, o Pronto Socorro Infantil e o SAMU. O Vereador Marcinho indagou sobre o número de médicos atualmente em plantão no Pronto Socorro e na UPA. Em relação à UPA, o Sr. Washington informou que há cinco médicos por plantão: dois clínicos, um pediatra, um ortopedista e um emergencista. Os plantões ocorrem das 7h às 19h e das 19h às 7h. Informou, ainda, que há técnicos de radiologia, contudo o equipamento de raio-X é obsoleto e frequentemente necessita de manutenção corretiva. Acrescentou que não há atendimento odontológico emergencial. A Sra. Cristina explicou que, no Pronto Socorro Central, devido ao maior porte



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo.

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

da unidade e à diversidade de especialidades, a equipe é mais numerosa: três clínicos gerais atuam no período da manhã, das 7h às 19h; um médico, conhecido como “Cinderela”, atua das 11h às 23h; um médico na sala de emergência (em regime diurno e noturno); dois médicos na semi-intensiva, atuando na internação; dentista com atendimento 24 horas, com equipe em escala complementar; um bucomaxilofacial 24 horas; um ortopedista 24 horas; além de cirurgião plástico e cirurgião geral, também 24 horas. Esta é a composição médica prevista no edital. Informou ainda que, no período noturno, estavam atuando dois médicos, o que era suficiente anteriormente, mas atualmente a demanda aumentou, exigindo adequação, incluindo a preparação de mais uma sala para acomodação de um consultório adicional, especialmente para as segundas-feiras, quando há maior fluxo de pacientes. O Vereador Batoré questionou a Sra. Cristina sobre o fato de, na recepção e triagem do Pronto Socorro, haver geralmente apenas uma ou duas pessoas para atendimento, embora existam quatro cabines, e muitas vezes apenas um profissional na triagem. A Sra. Cristina respondeu que o dimensionamento das equipes é realizado conforme a demanda, ressaltando que não há filas para abertura de ficha ou classificação de risco. Explicou que a alocação de profissionais em cada posto está diretamente relacionada à classificação de risco e ao fluxo de pacientes, sendo dada prioridade às áreas de maior urgência, como a sala de emergência. Alertou, ainda, sobre a necessidade de acompanhamento constante das equipes e destacou os imprevistos realizados para suprir a demanda, considerando o espaço físico limitado que atualmente utilizam. Quanto à classificação de risco, a Sra. Cristina esclareceu que o Pronto Socorro adota o Protocolo de Manchester, com as classificações azul, verde e amarela, sendo que os casos classificados como vermelho (emergência) são encaminhados diretamente à sala de emergência. A prioridade de atendimento é determinada pela gravidade da enfermidade, não pela idade. Entretanto, informou que, na triagem, pessoas com mais de 65 anos têm preferência. A Sra. Cristina afirmou que os profissionais utilizam o “bom senso” para priorizar idosos, mesmo que os sinais vitais não os coloquem, tecnicamente, em prioridade na classificação de risco. O Vereador Batoré relatou o caso de uma senhora idosa que aguardou por várias horas e sugeriu a criação de um fluxo de atendimento mais eficiente para pacientes classificados como “prioridade azul”. Em resposta, a Sra. Cristina esclareceu que aproximadamente 90% dos atendimentos se enquadram nessa classificação e que, mesmo com a alocação de todos os médicos para esses casos, a demanda permaneceria superior à capacidade instalada, resultando, inevitavelmente, em tempos de espera prolongados. Informou, ainda, que a média de espera para esses pacientes situa-se entre 2 e 3 horas. O Vereador Batoré também indagou se há algum tipo de priorização para crianças autistas e se os profissionais da recepção e da triagem questionam as mães sobre serem “mães atípicas” (mães de crianças com autismo), a fim de assegurar prioridade no atendimento. A Sra. Cristina considerou a questão delicada, observando que algumas mães não apreciam esse tipo de abordagem direta. Explicou que a orientação atual é para que os profissionais busquem identificar visualmente tais situações e agilizem o atendimento, sem necessidade de questionamento explícito. O Vereador Batoré, então, sugeriu a instalação de uma placa com o símbolo do espectro autista em algum guichê de atendimento, de modo a facilitar a



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo.

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

identificação. A Sra. Cristina confirmou que o Pronto Socorro Infantil já dispõe dessa sinalização e informou que a proposta de estendê-la ao Pronto Socorro Central e à UPA, bem como de integrá-la ao sistema, foi acolhida positivamente. O Vereador Marcinho questionou sobre as maiores demandas atualmente nas unidades, o Sr. Washington informou que, nos últimos dois meses, observou um elevado número de pacientes oriundos de outros municípios, especialmente da Baixada Santista, procurando atendimento. Até o dia 25 de maio, desde o início do mês, já haviam sido realizados 6.220 atendimentos realizados na UPA, sendo que 1.418 eram de outros municípios vizinhos. As principais demandas são casos gripais, seguidos por síndromes virais. A Sra. Cristina, apresentou dados de abril do Pronto Socorro Central, e indicou que as maiores demandas foram: tosse (1.490 casos), seguida de diarreia e nasofaringite aguda (resfriado comum e amigdalite aguda), totalizando 1.160 casos, além de dor lombar baixa. Os exames mais solicitados são hemogramas e raio-X, com elevada demanda em bairros como Vida Esperança, Vila Nova e Vila Natal. A Comissão solicitou que a UPA e o Pronto Socorro Central enviem, oficialmente, esses dados de demanda e exames referentes ao período de janeiro a maio, para uma análise mais detalhada e como base para futuras ações. O Vereador Marcinho questionou sobre a transição e primeiras impressões sobre o novo sistema, IDS Saúde (administrado pela Maestro), que fora implantado na UPA e no Pronto Socorro Central há cerca de dois meses. As principais dificuldades relatadas foram a piora no atendimento. A Sra. Cristina, Diretora Institucional do Pronto Socorro, declarou que, em sua visão como gestora e usuária, o novo sistema “piorou” o atendimento, pois não consegue mais gerar relatórios gerenciais em tempo real, como era possível anteriormente. O Sr. Washington concordou, afirmando que os médicos enfrentam muitas dificuldades na adaptação. Ambos relataram que o sistema não possui todas as funcionalidades acessíveis via celular, o que prejudica o trabalho e o acesso em tempo real fora das unidades. Relatórios e gráficos gerenciais, antes facilmente disponíveis, não são mais acessíveis. A Sra. Cristina também mencionou que o sistema não é intuitivo, induz a erros, e dificulta o fluxo correto de registros. Ressaltou, como um ponto crítico, que o sistema não permite múltiplas anamneses por paciente, o que era possível anteriormente. Assim, quando um paciente chega com uma hipótese diagnóstica que, após exames, se altera, o médico não pode registrar uma nova anamnese de maneira adequada, impactando negativamente a conduta médica e a ética profissional. A solução oferecida pela Maestro foi permitir apenas a exclusão ou alteração do texto, o que a Sra. Cristina considerou inadequado, dada a alta demanda e o risco de erros. Além disso, a evolução multidisciplinar (médica, enfermagem, técnicos de enfermagem), que antes era organizada, atualmente está misturada no sistema, prejudicando o acompanhamento adequado. A Sra. Cristina relatou ter solicitado à Maestro a inclusão de ferramentas que existiam no sistema anterior, como o registro de agressão física para a emissão de relatórios destinados a boletins de ocorrência, mas tais funcionalidades ainda não foram implementadas. Afirmou, ainda, que o sistema está “atrapalhando muito o atendimento”, aumentando o tempo de resposta. Houve consenso de que a implantação do sistema deveria ter começado pelas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), onde o volume de atendimentos é menor e a adaptação seria mais simples, antes de ser estendido às unidades



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo.

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

de pronto atendimento. Na sequência, a Comissão solicitou dados quantitativos de pacientes que procuram as unidades para aferição de pressão arterial, controle de diabetes, realização de curativos e troca de sondas, visto que, idealmente, esses procedimentos deveriam ser realizados nas UBSs. As perguntas e informações solicitadas serão formalizadas por meio de ofício para posterior resposta. Ao final da reunião, os vereadores agradeceram a presença e a colaboração da Sra. Cristina e do Sr. Washington, reiterando o compromisso da Comissão Especial de Vereadores em ouvir todas as partes envolvidas para compreender e propor melhorias no fluxo de atendimento. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou a lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos.

Ver. Márcio da Silva Nascimento
Presidente da CEV

Ver. José Elan dos Santos Gomes
Membro da CEV

Vilma Rosa
Assessora Parlamentar

Washington Duarte Coutinho
Gerente Administrativo Do IASE /
Gestor Da Upa

Ver. Guilherme dos Santos Malaquias
Membro da CEV

Dr. Otávio Augusto Mania
Procurador Jurídico Legislativo

Aurélio Schön Villas Bôas
Secretário da CEV

Cristina da Silva e Souza
Diretora Institucional da Alpha /
Gestora Do Pronto Socorro Central



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES INSTAURADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.058, DE 20 DE MARÇO DE 2025, PARA "TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS".

Aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco, às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de reuniões deste Poder Legislativo, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vereadores, instaurada pela Resolução nº 3.058, de 20 de março de 2025, com a finalidade de "tratar junto às autoridades competentes sobre o fluxo de atendimento para marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos e transparência da fila de espera junto a regulação de vagas". Sob a presidência do Vereador Márcio da Silva Nascimento (Vereador Marcinho), a reunião contou com a participação do Vereador Guilherme dos Santos Malaquias (Vereador Guilherme do Salão), do Vereador José Elan dos Santos Gomes (Vereador Batoré), do Procurador Jurídico Otávio Augusto Mania, do secretário da Comissão Aurélio Schön Villas Bôas e da Assessora Parlamentar Vilma Rosa. Estiveram também presentes o Secretário Municipal de Saúde, Márcio Luiz Amorim de Oliveira, o Chefe da Divisão de Atenção Básica, Éricles Vieira da Silva Santos, e a Diretora do Departamento de Atenção à Saúde, Beatriz Pedroza Rodrigues. Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, com agradecimento aos presentes, foram iniciados os trabalhos com questionamentos dirigidos ao Secretário de Saúde. O primeiro ponto tratado referiu-se à fiscalização das Unidades Básicas de Saúde (UBSs). O Vereador Marcinho questionou como se dá esse processo e quem são os responsáveis. O Secretário explicou que a principal responsabilidade recai sobre a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, a qual analisa o contrato, elabora relatórios mensais e acompanha a prestação de contas assistencial. No âmbito dessa comissão, a Sra. Beatriz atua como fiscal executora do contrato, enquanto o Sr. Éricles realiza acompanhamento presencial nas unidades, identificando dificuldades e registrando mensalmente as demandas reprimidas. Embora o Secretário, por ser gestor da pasta, não possa formalmente exercer a função de fiscal do contrato que ele próprio assina, realiza visitas pontuais para verificação de execução. Além disso, chefes e subdiretores das UBSs contribuem com a fiscalização interna, por estarem mais próximos da rotina das unidades. A equipe de regulação também participa do processo, apontando insuficiências, inclusive nos contratos de laboratório e imagem. Foi deliberado pelo Vereador Marcinho que a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão envie, por meio de ofício, os relatórios mensais de atendimentos e de demandas reprimidas, referentes ao período de novembro de 2024 a maio de 2025. Dando continuidade, o Vereador Marcinho questionou diretamente Éricles sobre a existência de relatórios detalhados que acompanhem o fluxo das unidades,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

marcação de exames, atendimentos e encaminhamentos. Éricles confirmou o acompanhamento contínuo das demandas e demandas reprimidas, cujos dados são registrados mensalmente na prestação de contas assistencial. Em seguida, Marcinho perguntou se havia conhecimento da ausência de encaminhamento das demandas reprimidas de exames laboratoriais à regulação (DRACA), citando como exemplo a UBS da Vila dos Pescadores, onde, apesar da existência de 1.300 pedidos de exames, apenas 50 vagas semanais eram ofertadas, e a real demanda não estava sendo visualizada pela equipe de regulação. Ele observou que as unidades não estavam enviando essas informações. O Secretário reconheceu a falha e explicou que esse tipo de problema reforça a exigência do Tribunal de Contas pela informatização integral do sistema de saúde. Ele destacou que os sistemas manuais (em papel ou planilhas) estão propensos a falhas, dificultando o controle preciso da demanda reprimida e a verificação da autenticidade das solicitações, que muitas vezes incluem pacientes já atendidos. Como resposta a essa necessidade, apresentou-se a implantação do novo sistema (Maestro), que permitirá que os médicos incluam os pacientes na fila no momento da solicitação do exame, com acesso público para acompanhamento. Os pedidos deixarão de ser físicos, sendo assinados digitalmente, o que garantirá acesso imediato à regulação e comunicação integral entre UBSs. Na sequência, o Vereador Marcinho questionou se os gestores têm ciência de que os pedidos de exames estão sendo registrados em fichas manuais, em pastas ou arquivos, para posteriormente serem lançados no sistema. Ele relatou ter identificado pessoalmente em algumas unidades básicas de saúde arquivos com diversos pedidos originais que não estavam no sistema, mas sim sendo guardados para uma inserção posterior. Éricles informou que o módulo de laboratório passou a ser utilizado em maio e que até junho todas as listas de espera laboratoriais estarão regularizadas no sistema. A informatização das demandas de imagem e especialidades está prevista para julho. Márcio reiterou que a orientação é evitar o armazenamento de pedidos físicos para lançamento posterior, salvo em casos excepcionais como falta de energia ou internet. Um comitê foi criado para supervisionar a inserção manual das demandas existentes no novo sistema, garantindo a correta posição na fila. Também estão sendo realizados treinamentos em cada unidade para capacitação dos profissionais e evitar acúmulo de pedidos não processados. Reforçando a preocupação, o Vereador Marcinho relatou ter identificado pessoalmente em visitas a unidades, arquivos físicos contendo pedidos de exames que ainda não haviam sido lançados no sistema, citando o exemplo da UBS Vila Nova, onde uma paciente aguardava tomografia craniana desde abril de 2024. Ele manifestou preocupação com a segurança e a possibilidade de manipulação das filas. Éricles comprometeu-se a apurar o caso e ressaltou que o processo está em fase de regulação, informou que os pedidos atualmente são enviados por malote, mas que, em breve, todos serão registrados diretamente no sistema, conferindo maior legitimidade à fila e evitando irregularidades. Prosseguindo, o



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

Vereador Marcinho questionou o Secretário de Saúde sobre o motivo da redução no contrato da prestadora de serviços laboratoriais. Márcio explicou que a diminuição decorreu de limitações financeiras e do escopo inicialmente previsto. Foi aberta uma licitação com valor anual de R\$ 5 milhões, com base na tabela SUS, para a realização de exames. A FIP, única interessada, apresentou proposta contemplando um volume correspondente a R\$ 2,5 milhões anuais. A empresa cumpriu o edital, mas sua proposta previa atendimento limitado a esse valor, pelo período de 12 meses. Como o contrato é pago por produção, dentro desse limite mensal, a redução se fez necessária porque o recurso financeiro para o laboratório já havia sido ultrapassado nos meses anteriores, e a empresa estava atendendo em um ritmo que não poderia ser mantido sem mais verba. Márcio, explicou que havia duas opções: continuar com a mesma oferta de vagas e parar os serviços em determinado momento do ano (ex: novembro ou outubro) ou diminuir o número de vagas cedidas. A decisão foi pela redução para evitar a interrupção completa dos serviços, balanceando o recurso disponível com os exames a serem realizados. Ressaltou-se ainda que o hospital municipal também realiza exames laboratoriais, mas houve falhas das UBSs no encaminhamento de pacientes a essa alternativa. Anunciou, como medida complementar, a realização de mutirões até o final de junho para reduzir a fila de espera. Na sequência, tratou-se sobre o acolhimento nas UBSs. O Secretário destacou a importância de um processo eficiente para orientar o paciente após a consulta. Embora exista um profissional designado para essa função, verificou-se que, em algumas unidades, a tarefa está sendo executada por pessoas sem qualificação, como controladores de acesso, cuja função não está prevista no contrato com a O.S. Caminhos de Damasco. Márcio também salientou que alguns médicos nem sempre preenchem corretamente os pedidos, o que pode gerar confusão. Por isso, defende que a função de acolhimento pós-consulta seja atribuída preferencialmente a profissionais de enfermagem, que têm maior capacitação para seguir protocolos e orientar conforme a classificação de risco. O ideal seria que o paciente fosse acolhido imediatamente após a consulta, resolvendo questões de exames e medicamentos de alto custo com agilidade. O sistema IDS permitirá essa integração, com o médico inserindo o paciente diretamente na fila, eliminando formulários físicos e assegurando acesso transparente. Em seguida, o Vereador Marcinho questionou quais medidas estavam sendo estudadas para enfrentar a escassez de agentes comunitários de saúde. Márcio explicou que a reposição desses profissionais enfrenta desafios significativos devido à alta rotatividade e à dificuldade de fixação em Cubatão — um problema que não se restringe ao município. Isso ocorre porque o valor do repasse para esses agentes é definido pelo Governo Federal, e não pela Prefeitura, o que leva muitos a buscarem melhores oportunidades em outras localidades. Márcio ressaltou que a solução para essa questão não está restrita à Secretaria de Saúde, tratando-se de um tema mais amplo, de caráter governamental, que envolve planos de cargos e salários. A proposta em estudo, elaborada em conjunto com o governo, prevê a adoção de



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

um modelo de contratação alternativo ao regime estatutário, permitindo a reposição mais ágil dos profissionais, sempre alinhada aos recursos federais. Ele citou que municípios com maior sucesso na cobertura populacional já adotaram modelos de contratação via CLT, regimes mistos (estatutário e celetista) ou parcerias com instituições, como é o caso do município de São Paulo — o único com legislação própria para contratação de agentes comunitários de saúde. O objetivo é garantir maior agilidade na reposição desses profissionais, assegurando a continuidade e a qualidade do serviço prestado à população. Em continuidade, abordou-se o problema dos cadastros desatualizados, a diretora do Departamento de Atenção à Saúde, Beatriz, enfatizou que a atualização dos dados dos pacientes é responsabilidade dos técnicos administrativos e recepcionistas das Unidades Básicas de Saúde (UBSs). No entanto, também destacou que cabe ao próprio paciente informar quaisquer alterações, como mudança de telefone ou endereço, pois a unidade não tem como ter conhecimento dessas mudanças se não for comunicada. O Vereador Marcinho compartilhou sua experiência pessoal, relatando que, mesmo após ter atualizado seu cadastro diversas vezes na UBS, seu prontuário permanece com endereço e telefone antigo, número este que já não existe há mais de seis anos, conforme Autorização de Procedimentos Ambulatoriais em sua guarda. Questionou, assim, a responsabilidade por essa falha e manifestou preocupação com a possibilidade de “milhares de pessoas” enfrentarem o mesmo problema. Além disso, Marcinho apontou um fato alarmante: após seu comentário público, recebeu mensagens e ligações de agentes questionando sua queixa, mesmo sem ter citado nomes. Isso o levou a refletir sobre a possível pressão que outros munícipes poderiam sofrer ao registrarem reclamações, ressaltando a importância da transparência e da prevenção de qualquer tipo de perseguição no atendimento à população. Éricles complementou, apontando falhas na integração com sistemas como o CADweb (Cartão do SUS), que por vezes resgatam dados desatualizados. A expectativa, segundo ele, é que o novo sistema IDS corrija essas falhas, promovendo um atendimento mais transparente e humanizado. Na sequência, o Vereador Marcinho questionou a Diretora do Departamento de Atenção à Saúde, Sra. Beatriz, se poderia explicar o fluxo de atendimento em uma Unidade Básica de Saúde. A Diretora demonstrou dificuldades em apresentar uma explicação clara, alegando que, embora exista um protocolo a ser seguido por todas as unidades, cada uma acaba adotando procedimentos próprios, adaptados às suas características específicas. Diante disso, o Vereador Marcinho complementou as informações prestadas, esclarecendo aspectos do fluxo de atendimento. Ao final da reunião, abordou-se a implementação do sistema IDS, atualmente em fase de transição. Beatriz e Éricles afirmaram que estão as equipes estão sendo treinadas presencialmente e foi criado um comitê de acompanhamento para assegurar a inserção correta das demandas reprimidas no sistema. Embora o sistema ainda não permita personalizações, a empresa Maestro está coletando sugestões dos profissionais para ajustes futuros que adequem o sistema à realidade de cada



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

unidade e melhorem sua usabilidade. Encerrando os trabalhos, os vereadores agradeceram a presença dos participantes e as informações prestadas, reiterando o compromisso da Comissão Especial de Vereadores em ouvir todas as partes envolvidas, compreender os desafios e propor melhorias para o fluxo de atendimento no sistema de saúde do município. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será devidamente assinada por todos. A reunião foi encerrada.

Ver. Márcio da Silva Nascimento
Presidente da CEV

Ver. José Elan dos Santos Gomes
Membro da CEV

Vilma Rosa
Assessora Parlamentar

Márcio Luiz Amorim de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde PMC

Beatriz Pedroza Rodrigues
Diretora do Departamento de Atenção à
Saúde

Ver. Guilherme dos Santos Malaquias
Membro da CEV

Dr. Otávio Augusto Mania
Procurador Jurídico Legislativo

Aurélio Schön Villas Bôas
Secretário da CEV

Éricles Vieira da Silva Santos
Chefe de Divisão de Atenção Básica



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo.

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

ATA DA VISITA DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES INSTAURADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.058, DE 20 DE MARÇO DE 2025 - PARA "TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS" - AO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco, às 10h30 (dez horas e trinta minutos), na sede da Secretaria de Saúde do Município de Santana do Parnaíba, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vereadores, instaurada pela Resolução nº 3.058, de 20 de março de 2025, com a finalidade de “tratar junto às autoridades competentes sobre o fluxo de atendimento para marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos e transparência da fila de espera junto a regulação de vagas”. Sob a presidência do Vereador Márcio da Silva Nascimento (Vereador Marcinho), a visita contou com a presença do Vereador Guilherme dos Santos Malaquias (Vereador Guilherme do Salão), do secretário da Comissão Aurélio Schön Villas Bôas e da Assessora Parlamentar Vilma Rosa.

A visita teve como objetivo proporcionar uma **visão abrangente** do sistema de saúde do município de Santana de Parnaíba, atualmente reconhecido como referência nacional na área da saúde. A apresentação foi conduzida pela equipe técnica de gestão pública das unidades de saúde, prontos-socorros e hospitais, com destaque para a **resolutividade através de soluções de tecnologia, equipes qualificadas e fluxo de atendimento eficaz em consultas, procedimentos e exames**. Durante a reunião, foram destacados diversos grupos atendidos por programas e estratégias específicas no município. A rede municipal oferece cuidados especializados e acompanhamento multidisciplinar, refletindo uma política de saúde abrangente, preventiva e inclusiva.

O município de Santana de Parnaíba adota diversas estratégias para assegurar a cobertura universal de saúde, com foco no acesso, na resolutividade e na humanização do atendimento. Entre as principais ações, destaca-se a **gestão 100% municipal** da rede de atenção básica, com fortalecimento da estrutura própria e de sua equipe técnica, **sem a atuação de organizações sociais (OS)** nesse setor. Embora a gestão seja municipal com servidores concursados, há médicos contratados por processo seletivo para cobrir afastamentos, como licença-maternidade. A administração municipal, alinhada à diretriz do prefeito, considera a atenção básica essencial e **não tem intenção de terceirizá-la**.

Ainda no contexto do fluxo de atendimentos, foi abordado o **controle do acesso por pessoas de outros municípios**, tema levantado pelo Vereador Marcinho. Santana de Parnaíba adota critérios distintos conforme o tipo de atendimento. Nos serviços de **urgência e emergência**,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

como prontos-socorros e UPAs, o **atendimento é universal**, sem exigência de comprovação de residência, o que faz com que 20% a 30% dos atendimentos sejam destinados a pacientes de fora, sem que haja repasse de custos pelos municípios de origem. Por outro lado, para a rede básica e **especializada**, como consultas e exames, é necessário que o paciente seja um munícipe “**homologado**” — ou seja, cadastrado oficialmente pela prefeitura em sistema próprio. Essa diferenciação permite à gestão priorizar os moradores locais no uso dos recursos voltados à prevenção e atenção especializada.

Esse controle se deve justamente a uma das inovações municipais é a implementação de **prontuário eletrônico** que rastreia todo o percurso do paciente nas unidades, incluindo horários e profissionais que o atenderam, além de integrar laudos e exames de imagens. O serviço foi desenvolvido ao longo de **muitos anos pelo próprio município**, sendo um **processo contínuo de construção e atualização** para atender às novas demandas que surgem. O idealizador que elaborou o sistema desde o início faleceu recentemente, mas a equipe que trabalhava com ele vem dando continuidade ao projeto.

As principais características e funcionalidades do prontuário eletrônico são:

- **Rastreamento Completo do Paciente:** O sistema registra **todo o percurso do paciente dentro da unidade**, incluindo o horário de chegada, o atendimento na recepção e a identificação do profissional que realizou a ficha, tudo através de **login**. Isso eliminou a perda de informações que ocorria com os prontuários físicos.
- **Integração de Exames e Imagens:** Há a **integração de laudos e imagens de exames** (tanto laboratoriais quanto de imagem) diretamente ao prontuário eletrônico do paciente, o que permite que o médico tenha acesso completo ao histórico na próxima consulta. Embora o laboratório não acesse o sistema municipal, ele envia os resultados, e o paciente também pode acessá-los online.
- **Controle e Otimização de Pedidos de Exames:** O sistema possui um **bloqueio para pedidos excessivos de exames**, com base em protocolos. Por exemplo, um hemograma só pode ser solicitado duas vezes por ano. Se um médico faz um pedido fora do protocolo, o sistema avisa, e o profissional precisa **justificar o motivo**. Isso também se aplica a exames de imagem, como tomografias de crânio (uma vez por ano). Esse controle ajuda a otimizar recursos e evitar exames desnecessários.
- **Gestão de Prioridades:** Pedidos de exames com prioridade passam por uma avaliação do **diretor técnico da unidade** e, em alguns casos, pela secretaria municipal



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

de saúde para aprovação. Essa medida **reduziu drasticamente os pedidos injustificados de prioridade.**

- **Feedback de Segurança e Direcionamento de Pacientes:** O prontuário eletrônico oferece um mecanismo de **feedback de segurança** que permite à equipe identificar solicitações de exames e atendimentos inicialmente classificados como não urgentes. No entanto, por meio de uma segunda análise qualificada, esses casos podem ser reavaliados, e, quando necessário, o paciente é **corretamente direcionado ao pronto-socorro.**
- **Nome Social:** A ficha de atendimento e o prontuário eletrônico já preveem o uso do **nome social** ao lado do nome de registro, e essa informação também pode ser incluída no cadastro municipal (homologação).
- **Autorização Automática de Exames:** Ao finalizar a consulta, o médico faz o pedido do exame diretamente no sistema, que já gera a autorização para impressão junto com a guia.

Essas funcionalidades demonstram o investimento e a dedicação do município em um sistema robusto que não apenas armazena informações, mas também auxilia na gestão, segurança e qualidade do atendimento à saúde.

O município também estabelece **parcerias estratégicas por meio de convênios com universidades** como a UNIP e o Mackenzie, possibilitando a realização de estágios em cursos da área da saúde — como enfermagem, psicologia, nutrição e medicina —, além de programas de residência médica em clínica médica e pediatria. Complementando esses esforços, todas as farmácias da rede municipal contam com **farmacêuticos em tempo integral**, garantindo um atendimento qualificado à população. Esses avanços na estrutura e na gestão da saúde contribuíram para que o município obtivesse o recebimento de prêmios e reconhecimentos em nível nacional.

Em seguida, o Prefeito Municipal de Santana do Parnaíba, Elvis Cezar, nos recebeu na Secretaria Municipal da Casa Civil e, na ocasião, apresentou o **Painel de Inteligência**, uma ferramenta que consolida dados extraídos de diversas fontes do município. Essas informações são fundamentais para subsidiar a **tomada de decisões** e a **definição de estratégias** tanto de curto quanto de longo prazo. O sistema conta com dashboards e indicadores que disponibilizam, em tempo real, dados sobre áreas como saúde, educação, segurança, além de estatísticas populacionais que permitem um acompanhamento detalhado e embasam a implementação de políticas públicas interconectadas. Durante a conversa, foram abordados



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado
76º Ano da Emancipação Político Administrativa

temas como o uso da **tecnologia e de dados** para otimizar a alocação de recursos e promover melhorias na qualidade de vida da população. A eficiência da gestão municipal foi destacada como um reflexo direto desses investimentos estratégicos em inteligência e inovação.

Antecedendo o encerramento da reunião, destacou-se o clima de cordialidade e troca construtiva entre os municípios. Os vereadores de Cubatão, Guilherme e Marcinho, expressaram gratidão pela recepção e elogiaram a qualidade das informações e práticas apresentadas, reconhecendo o valor das experiências compartilhadas como inspiração para aprimorar a gestão da saúde em seu município. Reforçaram a importância de buscar soluções e boas referências, destacando a visita como uma oportunidade de aprendizado e cooperação institucional. Por sua vez, o Prefeito de Santana de Parnaíba manifestou satisfação em poder contribuir e ressaltou que o reconhecimento recebido é um estímulo para continuar avançando na qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Comissão determinou a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será devidamente assinada por todos.

Ver. Márcio da Silva Nascimento
Presidente da CEV

Vilma Rosa
Assessora Parlamentar

Ver. Guilherme dos Santos Malaquias
Membro da CEV

Aurélio Schön Villas Bôas
Secretário da CEV

Comissão Especial de Vereadores instaurada pela Resolução nº 3.058, de 20 de março de 2025, que tem por objeto ***“tratar junto às autoridades competentes sobre o fluxo de atendimento para marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos e transparência da fila de espera junto a regulação de vagas”***.

DILIGÊNCIA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VALE VERDE

Cubatão, 08 de agosto de 2025

Estiveram presentes a diligência: os Vereadores Márcio Silva Nascimento - Marcinho, Guilherme dos Santos Malaquias - Guilherme do Salão, suas respectivas Assessoras, Maria Jucileide de Lima Silva e Ana de Albuquerque da Silva, o Secretário Municipal de Saúde - Sr. Márcio Luiz Amorim de Oliveira, o Vice-Presidente da ASAVVE - Associação de Amigos do Vale Verde - Sr. Luiz, e o munícipe e morador do bairro Vale Verde Sr. Daniel. Atenderam a diligência a Subgerente da UBS Vale Verde Sra. Kaylane Melo, a Enfermeira Noemi, a Atendente Luciana e a Agente de Saúde Cláudia.

A diligência se deu para a averiguação de reclamação levada ao conhecimento deste Edil pelo morador do bairro Vale Verde, Sr. Daniel. O munícipe relatou o mal atendimento prestado pelos funcionários da Unidade Básica de Saúde Vale Verde, onde esteve no dia 28 de julho de 2025, segunda-feira, acompanhado por seu vizinho Santiago, para solicitar a visita do médico da família ou de um Agente Comunitário de Saúde em sua residência, pois, segundo Daniel, a sua mãe Sra. Júlia Isabel da Conceição, de 91 anos, havia sofrido uma queda no domingo, dia 27 de Julho de 2025, e desde então permanecia deitada no sofá, com dificuldades de se mover e queixando-se de muitas dores no quadril. Diante do ocorrido procurou a UBS, pois gostaria que um Profissional de Saúde da Unidade fizesse uma visita até sua residência para medicá-la ou encaminhá-la para o Pronto Socorro Central, pois estava com dificuldades para chamar o SAMU devido a não conseguir concluir a ligação para o serviço de socorro de urgência.

Apesar do cenário apresentado Daniel não teve êxito pois a equipe de atendimento informou que não poderia sair da unidade.

Diante da falta de atendimento e suporte da UBS o munícipe retornou para casa e juntamente com o vizinho tentaram por diversas vezes ligar para o SAMU, porém sem sucesso.

Após algumas horas, ambos foram até a residência do Vereador Marcinho, ora relator da presente diligência, que também é morador do bairro Vale Verde e vizinho do Sr. Daniel, que lhe relatou todo o ocorrido, demonstrando grande preocupação com o estado de saúde da mãe.

O Vereador ligou rapidamente para o SAMU que em poucos minutos chegou à residência da Sra. Júlia. A idosa foi imobilizada e levada para o Pronto Socorro Central onde foi atendida pela equipe técnica de ortopedia. Após o protocolo de exames necessários a ortopedia constatou

uma fratura do fêmur, e determinou a sua rápida transferência para o Hospital Municipal de Cubatão. Após uma semana a Sra. Júlia passou por cirurgia e segue a recuperação em casa.

Os Vereadores Marcinho e Guilherme do Salão ficaram perplexos com o ocorrido, pois a vida daquela idosa estava em risco devido a negligência e a falta de atendimento humanizado da UBS.

Os Vereadores acompanhados do Secretário Municipal de Saúde reuniram-se em diligência até a UBS Vale Verde para apurar os fatos e a atuação dos profissionais de saúde.

Chegando na Unidade procuraram pela Gerente, que não se encontrava. O Vereador Guilherme do Salão indagou sobre quem seria a pessoa responsável pela UBS na ausência da Gerente, oportunidade em surgiram diversos funcionários: a Subgerente da Unidade Kaylane Melo, a Enfermeira Noemi, a Atendente Luciana e a Agente de Saúde Cláudia.

O Secretário de Saúde procurou saber por que nenhum funcionário da UBS se mobilizou para atender a Sra. Júlia, mas não obteve retorno. A equipe não deixou claro sobre o modo em que atuaram no acolhimento do caso, e nem prestaram informações que respondessem a pergunta do Secretário.

O Secretário ponderou “dentre tantos funcionários da UBS não teria ninguém que pudesse atender a Sra. Júlia”? A Agente Comunitária de Saúde disse que pediu ao Sr. Daniel que levasse a mãe para o hospital, mas que o mesmo não o fez.

Daniel replicou dizendo da dificuldade que ele e o amigo, Sr. Santiago, tiveram para contatar o SAMU, razão pela qual estiveram na Unidade para buscar ajuda, porém sem sucesso.

A Enfermeira responsável Noemi informou que quando soube do caso, passou a mesma orientação - que o munícipe deveria levar a sua mãe ao Pronto Socorro Central - já que a queda aconteceu em casa e não dentro da UBS, entendendo que não tinha obrigação de ir até a residência.

A Agente Comunitária de Saúde Cláudia afirmou que esteve várias vezes na casa do Sr. Daniel, mas que não encontrou ninguém, e seguiu dizendo que o munícipe estava mentindo.

As funcionárias não admitiram que houve negligência no atendimento, discordando do Secretário de Saúde quando este mesmo afirmou que a UBS poderia destacar um funcionário para ir até a residência da família para prestar algum tipo de auxílio ou fazê-lo na própria Unidade ajudando o Sr. Daniel na ligação para o SAMU.

Os Vereadores concluíram dizendo que a Unidade demonstrou na prática que o fluxo de atendimento é completamente falho, que falta acolhimento adequado e sobretudo humanizado.



RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES

RESOLUÇÃO Nº 3.058, DE 20 DE MARÇO DE 2025

AUTOR: VEREADOR MARCINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO





OBJETO DA CEV

A Comissão Especial de Vereadores foi instaurada pela resolução Nº 3.058, de 20 de março de 2025, de autoria do Nobre Vereador Márcio da Silva Nascimento (Vereador Marcinho) e tem por objeto **"TRATAR JUNTO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E TRANSPARÊNCIA DA FILA DE ESPERA JUNTO A REGULAÇÃO DE VAGAS"**.

MEMBROS DA CEV

Conforme disposto na Resolução Nº 3.058, de 20 de março de 2025, ALEXANDRE MENDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Cubatão, no uso de suas atribuições legais, resolve nomear para esta comissão, conforme o disposto no Requerimento nº 16/2025:

- Marcio Silva Nascimento (Autor e Presidente da Comissão)
- Guilherme dos Santos Malaquias (Relator)
- Edson Menezes Mota (Membro)
- Guilherme Amaral Belo Nogueira (Membro)
- José Elan dos Santos Gomes (Membro)

APRESENTAÇÃO

A criação da Comissão Especial de Vereadores (CEV) foi uma iniciativa do Vereador Marcinho, motivada pelas reiteradas reclamações da população relacionadas à demora no atendimento, à falta de informações claras sobre agendamentos e às deficiências nos sistemas de gestão da rede municipal de saúde, coube à CEV o trabalho de investigar e propor soluções para as falhas nos fluxos de atendimento, marcação de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos, bem como a transparência da fila de espera no sistema de saúde municipal. Em resposta a esse cenário, o parlamentar apresentou requerimento a esta Casa de Leis, em conformidade com as formalidades regimentais, propondo a criação de uma comissão destinada a tratar do assunto.

Com prazo inicial de 60 (sessenta) dias, posteriormente prorrogado por igual período, a análise da CEV foi documentada através das atas das reuniões realizadas, que contaram com a participação de vereadores, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, gestores de organizações sociais (Sociedade Brasileira Caminho de Damasco, AFIP, Alpha, IASE) e, crucialmente, munícipes que compartilharam suas experiências e desafios. O sistema de saúde de Cubatão, como muitos outros sistemas públicos no Brasil, enfrenta complexos desafios que afetam diretamente a qualidade e a acessibilidade dos serviços prestados à população. A morosidade nos agendamentos, a falta de comunicação eficaz, a desatualização de cadastros e a insuficiência de recursos materiais e humanos são apenas alguns dos problemas que emergem dos relatos e discussões. Este relatório busca não apenas diagnosticar essas falhas, mas também apresentar um conjunto de propostas de melhoria, priorizadas por impacto e viabilidade, visando a construção de um sistema de saúde mais eficiente, transparente e humanizado para os cidadãos de Cubatão. As informações contidas neste documento são o resultado de uma análise aprofundada, que revelaram padrões recorrentes de problemas e seus impactos na vida dos munícipes.

A estrutura do relatório segue uma lógica que parte do diagnóstico das falhas, passa pela categorização e análise de seus impactos, e culmina na proposição de soluções concretas, com sugestões de responsabilidades e prazos para sua implementação. A expectativa é que este documento sirva como um guia prático para as autoridades competentes, subsidiando a tomada de decisões e a implementação de políticas públicas que efetivamente transformem a realidade do atendimento em saúde no município.



FALHAS IDENTIFICADAS NOS FLUXOS DE ATENDIMENTO

A análise da Comissão Especial de Vereadores revelou uma série de falhas sistêmicas e operacionais nos fluxos de atendimento do sistema de saúde de Cubatão. Essas falhas, muitas vezes interligadas, geram impactos negativos significativos na experiência dos munícipes e na eficiência dos serviços. As principais falhas identificadas podem ser categorizadas da seguinte forma:

1. Falhas de Comunicação e Informação

A comunicação ineficaz e a falta de transparência nas informações comprometem diversas etapas do atendimento em saúde. Pacientes frequentemente relatam não serem contatados sobre o agendamento de exames e consultas, mesmo após longos períodos de espera. Em muitos casos, as ligações da regulação aparecem como “**número desconhecido**” ou “**spam**”, resultando em chamadas não atendidas e consequente perda de vagas.

Também são comuns falhas na **atualização cadastral**, o que impede o contato eficaz — o que deveria ser evitado com a conferência de dados em cada visita, procedimento que nem sempre é realizado. Além disso, há relatos de que os pacientes não recebem qualquer aviso, seja por telefone, mensagem ou agente de saúde¹, como confirmado pelo depoimento de munícipes² usuárias dos sistemas de saúde municipal como Dona Helena, do bairro Vila Couto, e Dona Zuleide, moradora do bairro Vale Verde. A ausência de informações claras sobre a posição na fila ou o andamento dos pedidos gera angústia, incerteza e sentimento de desamparo. Contribui para esse cenário a falta de uniformidade nas orientações entre unidades de saúde, o que gera confusão e desconfiança. Em casos como o da gestante Sra. Stefany, moradora do bairro Vila Couto, a falha mais básica ocorreu no início do processo. Mesmo após entregar toda a documentação na recepção da UBS logo no início da gestação, seu cadastro ou pedido de exame não foi inserido no sistema. Sete meses depois, ela descobriu que não constava nenhum cadastro ou pedido de exames no sistema, mesmo tendo levado toda a documentação. Essa falha comprometeu o acompanhamento pré-natal, tornando necessário o custeio de exames na rede particular para garantir sua continuidade. O próprio Vereador Marcinho relatou seu próprio caso, onde, mesmo tendo renovado o cadastro diversas vezes ao mudar de bairro (de Vila Natal para

¹ Na ata do dia 27/03/2025 a Chefe da Regulação destacou que quando o paciente não atende as ligações, a equipe encaminha uma lista para a UBS para que o agente comunitário localize o paciente. Essa informação contradiz com os relatos dos munícipes ouvidos.

² Depoimentos extraídos da ata de reunião realizada no dia 21/05/2025.

Vale Verde), o sistema da UBS ainda continha o endereço antigo (Vila Natal) e um número de telefone que não existe mais. Profissionais da recepção são orientados a fazer a atualização cadastral "à medida em que o paciente vem pra consulta ou vem buscando qualquer coisa", mas essa falha ocorre, indicando que a orientação não é sempre seguida na prática.

Esses problemas de comunicação impactam negativamente tanto a experiência dos usuários quanto a eficiência do sistema, refletindo, por exemplo, em altas taxas de absenteísmo — como as 1.313 faltas registradas em um único mês em consultas e exames hospitalares (25,01%) conforme dados fornecidos pela SBCD constantes no relatório do Índice de Absenteísmo CDI de dezembro de 2024 — resultando no retorno dos pacientes ao fim da fila.

2. Falhas de Processo e Gestão

Os processos internos e a gestão do sistema de saúde de Cubatão apresentam diversas deficiências que contribuem para a morosidade e a ineficiência do atendimento. A principal delas é a existência de longas filas de espera para exames, consultas e procedimentos, com relatos de pacientes aguardando por meses, e em alguns casos, mais de um ano, para a realização de procedimentos essenciais. A falta de padronização nos fluxos de atendimento³ entre as diferentes unidades de saúde resulta em inconsistências e dificuldades na integração das informações. O absenteísmo, ou seja, a alta taxa de faltas em agendamentos, é um problema que compromete o planejamento e a utilização eficiente das vagas, mas que muitas vezes é agravado pela **ausência de cadastro atualizado** e de um sistema eficaz de **confirmação de presença**.

Falhas no registro da **prioridade** de pacientes no sistema, como no caso de gestantes, resultam em atrasos no atendimento de situações que, por lei, deveriam ser tratadas com prioridade. A ausência dessa informação no momento do cadastro faz com que a paciente seja incluída na fila geral, comprometendo o agendamento e o acompanhamento pré-natal. Embora existam normas que garantam prioridade a gestantes, idosos, pacientes acamados, autistas; erros no preenchimento ou falhas no sistema de agendamento impedem a efetivação desse direito, gerando longas esperas mesmo para esses grupos. A marcação correta da prioridade pelo

³ Foi destacado, por fim, que algumas unidades ainda adotam práticas próprias de agendamento, o que dificulta a integração das informações entre a DRACA e as UBS. Fala da Sra. Carla Katia, Chefe da DRACA, conforme registrado em ata de 27/03/2025.



profissional de saúde no momento do encaminhamento é fundamental, pois, sem esse registro, o sistema processa a solicitação como se fosse de um paciente comum. A demora na realização de exames pode acarretar consequências graves para gestantes e seus bebês.

A **fiscalização** das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e dos prestadores de serviço é deficiente, com relatos de falta de recursos humanos e de acompanhamento presencial adequado⁴. A ausência de encaminhamento de demandas reprimidas à regulação por parte das UBS, e o **armazenamento** de pedidos físicos em pastas, em vez de sua inserção imediata no sistema, geram filas não visíveis e aumentam o risco de manipulação e perda de dados. O **dimensionamento inadequado das equipes** de recepção e triagem nas unidades de pronto atendimento, com poucos profissionais para atender a alta demanda, contribui para o tempo de espera prolongado, especialmente para casos de menor gravidade (classificação "azul").

A AFIP, responsável pela coleta de exames laboratoriais, não realiza os agendamentos⁵, que são de responsabilidade da Regulação de Vagas⁶, gerando um gargalo no processo. Foi constatado que o registro da **demand reprimida**⁷ ainda é feito de forma manual, por planilhas, dificultando a gestão e a transparência. A falta de transparência nos critérios de agendamento e o não cumprimento das leis de transparência sobre as filas de espera são preocupantes. Além disso, a falta de padronização nas práticas de agendamento em algumas UBS contribui para a desorganização do sistema.

3. Ineficiência no Processo de Acolhimento

O processo de acolhimento nas UBSs, que deveria ser o primeiro contato do usuário com o serviço e incluir a verificação e atualização do cadastro, foi identificado como uma das **maiores falhas. O acolhimento pós-consulta**, quando ocorre, muitas vezes é feito por **profissionais sem**

⁴ Conforme depoimento constante na ata de 27/03/2025, por exemplo.

⁵ Na ata de 03/04/2025, a representante da AFIP confirmou conhecer as demandas reprimidas nas UBS, relatando que, embora receba pedidos de encaixe, orienta as unidades a encaminharem-se à Regulação, setor responsável pela oferta de vagas.

⁶ Conforme depoimento constante na ata de 03/04/2025.

⁷ Nesse contexto, segue o relato do Sr. Secretário Municipal constante na Ata do dia 06/06/25: O Secretário reconheceu a falha e explicou que esse tipo de problema reforça a exigência do Tribunal de Contas pela informatização integral do sistema de saúde. Ele destacou que os sistemas manuais (em papel ou planilhas) estão propensos a falhas, dificultando o controle preciso da demanda reprimida e a verificação da autenticidade das solicitações, que muitas vezes incluem pacientes já atendidos.



preparo adequado, constatou-se em visitas a algumas unidades que nem sempre há uma pessoa específica designada para o acolhimento; por vezes, é o controlador de acesso⁸ que desempenha essa função sem a capacitação adequada para garantir a correta inserção ou atualização cadastral, o que prejudica a orientação sobre etapas seguintes, como exames ou retirada de medicamentos, função esta que deve ser desempenhada preferencialmente por **profissional de enfermagem**⁹. Também foi apontada a dificuldade no reconhecimento de pacientes com necessidades especiais, como autistas, em razão da **falta de sinalização e capacitação das equipes**, comprometendo a prioridade no atendimento. O acolhimento falho implica que o paciente pode sair da consulta sem a garantia de que seus pedidos foram devidamente encaminhados para agendamento.

Em 08 de agosto de 2025, a Comissão Especial de Vereadores, acompanhada do Secretário Municipal de Saúde, realizou diligência à UBS Vale Verde, a visita foi motivada por denúncia do Sr. Daniel, residente no bairro, acerca de suposto atendimento negligente prestado à sua mãe, Sra. Júlia Isabel da Conceição, de 91 anos, que, após sofrer queda e apresentar fortes dores no quadril, não teria recebido suporte da equipe da UBS. O morador relatou dificuldades para acionar o SAMU, razão pela qual procurou a Unidade, onde foi informado que os profissionais não poderiam se deslocar até sua residência. Sem êxito, buscou auxílio junto ao Vereador Marcinho, que obteve atendimento rápido via SAMU. A idosa foi encaminhada ao Pronto Socorro Central, diagnosticada com fratura de fêmur e submetida posteriormente a cirurgia no Hospital Municipal.

Durante a diligência, constatou-se a ausência da gerente da UBS, sendo recepcionados pela subgerente e demais servidores. Questionada a razão da falta de atendimento, a equipe não apresentou justificativas claras. Parte dos profissionais afirmou ter orientado o munícipe a levar a paciente ao pronto-socorro, alegando não ser obrigação da Unidade realizar atendimento domiciliar no caso. Houve ainda acusações de inveracidade nas informações prestadas pelo denunciante. Os vereadores e o Secretário Municipal de Saúde manifestaram profunda indignação diante dos procedimentos adotados, concluindo que o fluxo de atendimento da UBS

⁸ Embora exista um profissional designado para essa função, verificou-se que, em algumas unidades, a tarefa está sendo executada por pessoas sem qualificação, como controladores de acesso, cuja função não está prevista no contrato com a O.S. Caminhos de Damasco - Ata do dia 06/06/2025.

⁹ Por isso, defende que a função de acolhimento pós-consulta seja atribuída preferencialmente a profissionais de enfermagem, que têm maior capacitação para seguir protocolos e orientar conforme a classificação de risco (Depoimento constante na ata de 06/06/2025).



apresenta falhas graves e alarmantes, capazes de comprometer de forma direta a resposta às demandas urgentes, evidenciando não apenas a ineficiência do processo de acolhimento, mas também a preocupante ausência de sensibilidade e de postura humanizada no serviço prestado à população.

Falhas de Infraestrutura e Recursos

A infraestrutura e os recursos disponíveis no sistema de saúde de Cubatão também apresentam deficiências significativas que impactam a qualidade do atendimento. A dificuldade de **acesso a medicamentos** essenciais na rede pública obriga os pacientes a custearem tratamentos ou a buscar atendimento em prontos-socorros para procedimentos simples, como a aplicação de medicamentos intravenosos.

A **redução de 50% do contrato**¹⁰ com a prestadora de serviços laboratoriais (AFIP) devido às limitações contratuais resultou na diminuição da oferta de exames, impactando diretamente a capacidade de atendimento do município.

A **escassez de agentes comunitários**¹¹ de saúde, devido à alta rotatividade e à dificuldade de fixação desses profissionais, compromete a comunicação e o acompanhamento domiciliar, especialmente em áreas de difícil acesso.

¹⁰ O Secretário de Saúde, Sr. Márcio Luiz Amorim de Oliveira, explicou que a diminuição decorreu de limitações financeiras e licitatórias no escopo inicialmente previsto (Ata do dia 06/06/2025). Sobre alterações contratuais, **tem ciência de que o contrato foi reduzido em 50%** (cinquenta por cento), **impactando na oferta de exames às UBS** (Ata do dia 03/04/2025).

¹¹ Também relatou que, mesmo após ter fornecido seu número de contato, **não recebeu mensagens de WhatsApp nem visitas de Agentes Comunitários de Saúde** em sua residência (depoimento constante na Ata do dia 21/05/25).

Angélica ponderou que, embora o absenteísmo seja uma realidade comum nos sistemas públicos de saúde, medidas podem ser adotadas para minimizá-lo, como o envio de mensagens ou ligações prévias para confirmar a presença do paciente. Reconheceu, contudo, que há dificuldades operacionais, especialmente em relação ao contato com pacientes que vivem em áreas com sinal telefônico precário, o que reforça a necessidade de se pensar em estratégias alternativas, como o **fortalecimento do papel dos Agentes Comunitários de Saúde** (depoimento constantes na Ata do dia 21/05/25).

Silvia reconheceu que um dos principais desafios enfrentados atualmente é a dificuldade de efetivar o contato com os pacientes, principalmente devido a problemas de sinal de telefonia em bairros mais afastados, como o Vale Verde, onde reside a munícipe Zuleide. Silvia destacou que, conforme relato de Zuleide, e sugerido que, na ausência de sinal telefônico adequado, o contato poderia ser realizado via mensagens de WhatsApp ou através da visita de Agentes Comunitários de Saúde. No entanto, conforme também relatado, **tais alternativas não foram implementadas de maneira eficaz**. Silvia reconheceu que há necessidade de fortalecer esses mecanismos, propondo que se estabeleça um fluxo mais ativo e eficaz de comunicação, sobretudo com a utilização dos



A **obsolescência de equipamentos**, como o aparelho de raio-X na UPA, que frequentemente necessita de manutenção corretiva, afeta a qualidade e a agilidade dos diagnósticos. A ausência de atendimento odontológico emergencial na UPA é outra lacuna importante, também houve menção à falta de insumos odontológicos e medicamentos. Problemas estruturais, como ar-condicionado quebrado, também foram apontados. A sobrecarga do sistema devido à **alta demanda de pacientes oriundos de outros municípios**, somada ao quantitativo insuficiente de exames e ao número limitado de funcionários da AFIP, agrava a situação.

Por fim, a carência de recursos humanos para a **fiscalização**¹² das unidades de saúde e seus fluxos contribui para a perpetuação das falhas operacionais e a falta de controle sobre a qualidade dos serviços prestados.

4. Falhas de Sistema e Tecnologia

A falha na atualização cadastral¹³ é vista como uma das "maiores falhas", frequentemente ligada ao processo de acolhimento nas UBSs. O acolhimento, sendo o primeiro contato, deveria incluir a verificação e atualização do cadastro.

O sistema de saúde de Cubatão enfrenta sérios desafios relacionados à tecnologia e à informatização. A persistência no uso de métodos manuais, como fichas e planilhas, para o registro de demandas reprimidas¹⁴ e agendamentos, torna o processo suscetível a erros, dificulta a gestão e compromete a transparência das filas de espera. A integração com sistemas já existentes, como o CADweb (Cartão do SUS), é deficiente, frequentemente resgatando dados

agentes comunitários para busca ativa, principalmente em regiões vulneráveis e com dificuldade de acesso tecnológico, conforme depoimento constante na Ata do dia 21/05/25.

¹² que as **fiscalizações** são realizadas por Márcio, Secretário Municipal de Saúde, e pela própria Kátia, que **também enfrenta dificuldades devido à escassez de pessoal**, conforme depoimento constante na Ata do dia 27/03.

¹³ Somente aos sete meses de gestação, ao procurar novamente a unidade, descobriu que seu cadastro e solicitação de exames não constavam no sistema. A regularização do cadastro só foi feita no oitavo mês de gestação, conforme depoimento constante na ata do dia 21/05/25.

¹⁴ Nesse contexto, segue o relato do Sr. Secretário Municipal constante na Ata do dia 06/06/25: O Secretário reconheceu a falha e explicou que esse tipo de problema reforça a exigência do Tribunal de Contas pela informatização integral do sistema de saúde. Ele destacou que os sistemas manuais (em papel ou planilhas) estão propensos a falhas, dificultando o controle preciso da demanda reprimida e a verificação da autenticidade das solicitações, que muitas vezes incluem pacientes já atendidos.

desatualizados¹⁵ e agravando a inconsistência cadastral. A recente transição do sistema 'Orizon' para o 'IDS Saúde' (Maestro) tem causado instabilidade e dificuldade de adaptação por parte dos profissionais. Relatos indicam que, em vez de melhorar o atendimento, o novo sistema tem apresentado limitações¹⁶, como a dificuldade na geração de relatórios gerenciais em tempo real, falta de funcionalidades via celular, interface pouco intuitiva, impossibilidade de registrar múltiplas anamneses por paciente e mistura inadequada da evolução multidisciplinar, dificultando o acompanhamento. Além disso, foi constatada a ausência de uniformidade entre os diferentes sistemas utilizados (Sisreg, Re Plus/Orizon, Saluten e IDS-Saúde), cuja integração permanece incerta. A coexistência desses sistemas com registros manuais mantidos por diferentes agentes torna ainda mais complexa a padronização e o uso eficiente dos dados, prejudicando a gestão e a qualidade do atendimento.

Em suma, a desatualização cadastral e a falha na inserção inicial dos dados dos pacientes no sistema são problemas significativos nas Unidades, com impacto direto na comunicação, no agendamento, na prioridade e, conseqüentemente, na continuidade do cuidado e na experiência dos usuários. A melhoria do processo de acolhimento e a garantia da correta e atualizada alimentação dos sistemas são vistas como essenciais para corrigir essas falhas.

5. Falhas de Encaminhamento e Referência

As falhas no encaminhamento¹⁷ e na referência de pacientes entre os diferentes níveis de atenção à saúde também são um ponto crítico. A limitação de acesso à informação por parte das

¹⁵ O Chefe da Divisão de Atenção Básica, Éricles Vieira da Silva Santos, acrescentou que há falhas na integração com sistemas como o CADweb (Cartão do SUS), os quais, segundo depoimento registrado na ata de 06/06/2025, por vezes recuperam dados desatualizados.

¹⁶ Conforme ata de 29/05/2025, o Vereador Marcinho questionou sobre o novo sistema IDS Saúde, implantado há dois meses na UPA e no Pronto Socorro Central. A Diretora Institucional da Alpha, Sra. Cristina e o Sr. Washington, Gerente Administrativo Do IASE/Gestor da UPA, relataram piora no atendimento, falta de funcionalidades em dispositivos móveis, ausência de relatórios e gráficos gerenciais em tempo real, dificuldade de adaptação dos médicos, e interface pouco intuitiva, que induz a erros e prejudica o fluxo de registros. Tais relatos foram corroborados através de informações extraídas do Ofício 103/2025, enviado pela diretora Institucional do Instituto Alpha.

¹⁷ Na ata de 21/05/2025, a Sra. Zuleide informou aguardar, desde julho de 2024, encaminhamento para consulta com ortopedista, sem qualquer retorno. Disse residir há três anos no bairro Vale Verde e declarou nunca ter recebido visita de Agente Comunitário de Saúde. Ao questionar sobre formas de contato, foi informada pela atendente sobre a possibilidade de envio de mensagens via WhatsApp ou acionamento do agente comunitário, mas nenhuma dessas medidas foi adotada. Destacou ainda que sua guia de encaminhamento permaneceu retida na unidade, contrariando a orientação de que deve ser entregue ao paciente.

Organizações Sociais (OS), como a Sociedade Brasileira Caminho de Damasco, que não possuem acesso direto à posição do paciente na fila de espera da regulação, impede que informem os munícipes com precisão sobre o andamento de seus pedidos. Isso gera frustração e a necessidade de os pacientes buscarem informações diretamente na regulação municipal, sobrecarregando esse setor. Além disso, a ocorrência de procedimentos que deveriam ser realizados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) sendo feitos em unidades de pronto atendimento (UPA/PS), como aferição de pressão arterial, controle de diabetes, realização de curativos e troca de sondas, demonstra uma falha no fluxo de referência e contrarreferência, sobrecarregando os serviços de emergência e desviando recursos que poderiam ser utilizados para casos de maior complexidade. A falta de integração entre a Divisão de Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria (DRACA) e as UBS também contribui para a desarticulação do sistema e a dificuldade na gestão das informações.

PADRÕES RECORRENTES E IMPACTOS

A análise aprofundada das falhas identificadas nas atas das reuniões da Comissão Especial de Vereadores revela padrões recorrentes que se manifestam em diferentes aspectos do sistema de saúde de Cubatão. Esses padrões, por sua vez, geram impactos significativos na qualidade do atendimento e na experiência dos munícipes:

Padrões Recorrentes:

- **Problemas de Comunicação:** A comunicação ineficaz é uma falha transversal que afeta todas as etapas do fluxo de atendimento. Desde a dificuldade de contato para agendamentos até a falta de orientação pós-consulta e a desatualização cadastral, a comunicação deficiente gera ruídos, ansiedade nos pacientes e sobrecarga em outros setores. A ausência de canais de comunicação claros e eficientes, aliada à falta de padronização na transmissão de informações, contribui para a desinformação e a insatisfação dos usuários.
- **Falta de Informatização e Integração:** A dependência de processos manuais e a falta de integração entre os sistemas existentes (ou os problemas com os novos sistemas em fase de implementação) são fatores críticos. Isso resulta em dados desatualizados, filas de espera não transparentes, dificuldade de gestão da demanda reprimida e um cenário propício a erros e manipulações. A transição para novos sistemas, embora necessária,



tem sido marcada por dificuldades de adaptação e funcionalidades incompletas, comprometendo a eficiência operacional.

- **Recursos Insuficientes e Mal Dimensionados:** A redução de contratos com prestadores de serviços, a escassez de profissionais (como Agentes Comunitários de Saúde e equipes de fiscalização) e a obsolescência de equipamentos impactam diretamente a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços. O dimensionamento inadequado das equipes em pontos estratégicos, como recepção e triagem, agrava os tempos de espera e a sobrecarga dos profissionais. A falta de medicamentos essenciais na rede pública também se enquadra neste padrão, forçando os pacientes a buscar alternativas onerosas ou inadequadas.
- **Falta de Padronização¹⁸ e Fiscalização¹⁹:** A ausência de protocolos claros e a fiscalização deficiente contribuem para a inconsistência no atendimento e a perpetuação dos problemas. A falta de padronização nas práticas de agendamento entre as UBS e a carência de recursos humanos para fiscalizar as unidades e os prestadores de serviço resultam em um controle precário sobre a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

Impactos:

Os padrões recorrentes de falhas geram uma série de impactos negativos que afetam diretamente a população de Cubatão:

- **Demora e Acesso Dificultado:** A consequência mais evidente é a morosidade e a dificuldade de acesso a exames, consultas e procedimentos. Longas filas de espera e a falta de vagas disponíveis comprometem o diagnóstico precoce e o tratamento adequado, especialmente em casos que demandam urgência.
- **Insatisfação e Angústia do Paciente:** A falta de informação, o constrangimento em relação a cadastros desatualizados, a necessidade de buscar serviços particulares e a incerteza sobre o atendimento geram um alto nível de insatisfação e angústia entre os munícipes. Isso mina a confiança no sistema público de saúde.

¹⁸ Foi destacado, por fim, que algumas unidades ainda adotam práticas próprias de agendamento, o que dificulta a integração das informações entre a DRACA e as UBS (depoimento da Sra. Katia, da DRACA, constante na Ata do dia 27/03/25).

¹⁹ Conforme depoimento constante na Ata do dia 27/03/25, por exemplo.

- **Sobrecarga de Unidades de Emergência:** A falha no fluxo de referência e a dificuldade de acesso às UBS levam os pacientes a procurar pronto-socorros para procedimentos de baixa complexidade, sobrecarregando os serviços de emergência e desviando recursos que deveriam ser destinados a casos mais graves.
- **Ineficiência na Gestão e Desperdício de Recursos:** A dificuldade em gerenciar a demanda reprimida, planejar a oferta de serviços e fiscalizar a qualidade do atendimento resulta em ineficiência na gestão. O absenteísmo, a utilização inadequada de unidades de emergência e a falta de integração entre os sistemas contribuem para o desperdício de recursos públicos.
- **Risco à Saúde do Paciente:** Atrasos no diagnóstico e tratamento, especialmente em casos prioritários como gestantes, pacientes oncológicos e idosos, representam um risco direto à saúde e ao bem-estar da população. A falta de medicamentos e a obsolescência de equipamentos também contribuem para esse risco.

PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA O SISTEMA DE SAÚDE

Com base na análise das falhas e seus impactos, a Comissão Especial de Vereadores propõe um conjunto de melhorias estruturais e operacionais para o sistema de saúde de Cubatão. As propostas são organizadas por categoria de falha e visam a construção de um sistema mais eficiente, transparente e centrado no paciente. A priorização das ações é fundamental para otimizar a alocação de recursos e maximizar o impacto positivo.

1. Melhorias na Comunicação e Informação

Para sanar as deficiências na comunicação e informação, propõe-se:

- **Implementação de Canais de Comunicação Eficientes:** É crucial estabelecer e divulgar amplamente canais de comunicação que sejam acessíveis e confiáveis para os munícipes. A criação de um número de WhatsApp oficial para agendamentos, confirmações, lembretes e envio de informações sobre o status de exames e consultas é uma medida prioritária. Este canal deve ser complementado por SMS e e-mail para notificações importantes, reduzindo a dependência de ligações telefônicas que frequentemente não são atendidas. Além disso, campanhas informativas devem ser desenvolvidas e veiculadas em diversos meios (panfletos, cartazes nas UBS, mídias

sociais) para educar os pacientes sobre os fluxos de agendamento, os canais de comunicação disponíveis e a importância de manter seus dados cadastrais atualizados. A transparência na comunicação é a base para reconstruir a confiança da população no sistema de saúde.

- **Aprimoramento do Acolhimento Pós-Consulta²⁰:** O momento pós-consulta é crítico para a continuidade do cuidado. É imperativo que o acolhimento seja realizado por profissionais de enfermagem ou outros profissionais de saúde devidamente qualificados, e não por pessoal administrativo sem o treinamento adequado. Esses profissionais devem ser capazes de fornecer orientações claras e detalhadas sobre os próximos passos, incluindo como e onde agendar exames, prazos esperados e como acompanhar o andamento de seus pedidos. A padronização desse acolhimento em todas as UBS garantirá que nenhum paciente saia da consulta sem a devida orientação.
- **Sinalização e Identificação de Prioridades:** Para garantir o atendimento prioritário a grupos vulneráveis, é fundamental implementar sinalização visual clara, como o símbolo do espectro autista, em guichês de atendimento e áreas de triagem. Além disso, as equipes de recepção e triagem devem receber treinamento específico para identificar e abordar de forma sensível e eficaz pacientes com prioridades específicas (idosos, gestantes, autistas, etc.), assegurando o atendimento preferencial sem gerar constrangimento ou discriminação. A adoção de um protocolo claro para a identificação e o encaminhamento desses pacientes é essencial.

2. Otimização de Processos e Gestão

Para otimizar os processos e a gestão do sistema de saúde, propõe-se:

- **Redução das Filas de Espera e Agendamento²¹:** A redução das filas de espera é uma das principais demandas da população. Para isso, é necessário realizar mutirões

²⁰ Embora exista um profissional designado para essa função, verificou-se que, em algumas unidades, a tarefa está sendo executada por pessoas sem qualificação, como controladores de acesso, cuja função não está prevista no contrato com a O.S. Caminhos de Damasco (ata do dia 06/06/25).

²¹ Angélica admitiu que ainda não foi possível zerar as filas, especialmente em razão da elevada demanda e da capacidade física limitada das unidades e do hospital, conforme depoimento constante na ata do dia 21/05/25.



periódicos para zerar as demandas reprimidas, especialmente para exames e consultas de alta demanda. Além disso, é fundamental reavaliar e renegociar os contratos com prestadores de serviços, como a AFIP, para garantir que a oferta de exames e procedimentos seja compatível com a real demanda do município, evitando a redução de cotas que impactam diretamente o atendimento. A criação ou o fortalecimento de uma central de agendamento unificada e informatizada, que gerencie todas as vagas e demandas, é uma medida estratégica para garantir transparência e agilidade no processo.

- **Padronização e Fiscalização de Fluxos:** A padronização dos fluxos de atendimento é essencial para garantir a consistência e a qualidade dos serviços. Para isso, é necessário desenvolver e implementar protocolos claros e padronizados para todas as etapas do atendimento, desde o agendamento até o pós-consulta, assegurando que todas as UBS e unidades de saúde sigam as mesmas diretrizes. A fiscalização ativa das UBS e dos prestadores de serviço deve ser fortalecida, com equipes dedicadas e relatórios regulares de acompanhamento da execução contratual e da qualidade do atendimento. O comitê de acompanhamento da transição para o novo sistema (Maestro/IDS Saúde) deve ser mantido e fortalecido para garantir que as demandas reprimidas sejam inseridas corretamente e que os profissionais sejam devidamente capacitados.
- **Gestão do Absenteísmo²²:** Para combater o absenteísmo, é necessário implementar um sistema de confirmação ativa de agendamentos, utilizando os canais de comunicação propostos (WhatsApp, SMS ou ligação), com antecedência. Isso permitirá o remanejamento de vagas em caso de não comparecimento, otimizando a utilização dos recursos. O papel dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) deve ser fortalecido na busca ativa de pacientes que não confirmaram agendamento ou que residem em áreas com dificuldade de contato telefônico.

²² Angélica ponderou que, embora o **absenteísmo** seja uma realidade comum nos sistemas públicos de saúde, medidas podem ser adotadas para minimizá-lo, como o envio de mensagens ou ligações prévias para confirmar a presença do paciente. Reconheceu, contudo, que há dificuldades operacionais, especialmente em relação ao contato com pacientes que vivem em áreas com sinal telefônico precário, o que reforça a necessidade de se pensar em estratégias alternativas, como o fortalecimento do papel dos Agentes Comunitários de Saúde, conforme depoimento constante na ata de 21/05/25.



3. Fortalecimento da Infraestrutura e Recursos

Para fortalecer a infraestrutura e os recursos do sistema de saúde, propõe-se:

- **Atualização Cadastral Contínua:** A atualização cadastral é fundamental para a comunicação eficaz com os pacientes. É necessário implementar um processo contínuo e facilitado de atualização cadastral nas UBS, incentivando os pacientes a informar qualquer mudança de contato ou endereço. A integração do novo sistema (Maestro/IDS Saúde) com outros sistemas, como o CADweb, deve ser aprimorada para evitar o resgate de dados desatualizados.
- **Disponibilidade de Medicamentos e Insumos:** A disponibilidade de medicamentos essenciais nas UBS é crucial para a continuidade do tratamento. É necessário melhorar o controle de estoque e a distribuição de medicamentos, garantindo que os pacientes tenham acesso aos tratamentos necessários sem a necessidade de buscar a rede particular ou pronto-socorros. Além disso, as equipes das UBS devem ser capacitadas para realizar procedimentos que atualmente sobrecarregam os pronto-socorros, como a aplicação de medicamentos intravenosos e curativos complexos.
- **Recursos Humanos²³:** A escassez de profissionais é um desafio que precisa ser enfrentado. É necessário buscar soluções para a reposição de Agentes Comunitários de Saúde, como a revisão do modelo de contratação (CLT, regimes mistos) e a valorização da carreira para atrair e fixar profissionais. Além disso, é fundamental realizar um estudo de dimensionamento de equipes nas recepções e triagens das unidades de saúde para garantir um número adequado de profissionais, evitando longos tempos de espera.
- **Modernização de Equipamentos:** O investimento na modernização de equipamentos médicos, como o aparelho de raio-X na UPA, é essencial para garantir a qualidade e a eficiência dos diagnósticos. Um plano de investimento em tecnologia e infraestrutura deve ser elaborado e executado.

²³ A Chefe da DRACA responde que há **carência de recursos humanos**, e que as fiscalizações são realizadas por Márcio, Secretário Municipal de Saúde, e pela própria Kátia, que também enfrenta dificuldades devido à escassez de pessoal (ata do dia 26/03/25).

4. Aprimoramento de Sistemas e Tecnologia

Para aprimorar os sistemas e a tecnologia do sistema de saúde, propõe-se:

- **Informatização e Integração Total²⁴:** A implementação completa do sistema Maestro/IDS Saúde em todas as unidades é uma prioridade. É fundamental garantir que todos os pedidos, agendamentos e prontuários sejam registrados eletronicamente, eliminando a dependência de processos manuais. O sistema deve contemplar todas as funcionalidades essenciais para a gestão do atendimento, incluindo a geração de relatórios gerenciais, acesso via celular, registro de múltiplas anamneses por paciente e organização da evolução multidisciplinar. A empresa responsável pelo sistema deve ser cobrada para que as melhorias sejam implementadas com celeridade.
- **Treinamento e Suporte:** A transição para um novo sistema requer um forte investimento em treinamento e suporte técnico. É necessário oferecer treinamento contínuo e suporte adequado aos profissionais de saúde para garantir a correta utilização do novo sistema e minimizar as dificuldades de adaptação. A criação de um canal direto de comunicação com a equipe de suporte do sistema é fundamental.

5. Otimização de Encaminhamento e Referência

Para otimizar o encaminhamento e a referência de pacientes, propõe-se:

- **Clareza na Regulação de Vagas:** É fundamental desenvolver mecanismos para que as Unidades Básicas de Saúde e o Hospital tenham acesso direto à posição do paciente na fila de espera da regulação. Isso permitirá que informem os munícipes com precisão, reduzindo a ansiedade e a sobrecarga na regulação municipal. A **transparência** na fila de espera deve ser uma prioridade, com a divulgação pública das listas, conforme previsto em lei.
- **Fluxo de Referência e Contrarreferência:** É necessário estabelecer um **fluxo claro** de referência e contrarreferência entre as UBS, unidades de pronto atendimento e hospitais. Isso garantirá que os pacientes sejam encaminhados para o nível de atenção adequado e

²⁴ Explicou que o sistema atualmente utilizado é o 'Orizon', estando em fase de transição para o sistema 'Maestro', que tem como objetivo unificar os prontuários eletrônicos em toda a rede municipal, melhorando a gestão das informações (ata do dia 26/03/25)

que os procedimentos de baixa complexidade sejam realizados nas UBS, desafogando os serviços de emergência. A capacitação das equipes para a correta aplicação dos protocolos de referência e contrarreferência é essencial.

PRIORIZAÇÃO DAS MELHORIAS

Para otimizar a implementação das propostas, sugere-se a seguinte priorização, com base no impacto esperado e na viabilidade de execução:

Prioridade Alta (Impacto Imediato e Alta Viabilidade):

- Implementação de Canais de Comunicação Eficientes: A criação de um WhatsApp oficial e a realização de campanhas informativas são medidas de baixo custo e alto impacto, que podem ser implementadas rapidamente.
- Aprimoramento do Acolhimento Pós-Consulta: A qualificação dos profissionais de acolhimento e a padronização das orientações podem ser realizadas por meio de treinamentos e protocolos, com impacto direto na experiência do paciente.
- Gestão do Absenteísmo: A confirmação ativa de agendamentos e o fortalecimento do papel dos ACS são estratégias que podem ser implementadas com os recursos existentes, otimizando a utilização das vagas.
- Atualização Cadastral Contínua: A implementação de um processo contínuo de atualização cadastral nas UBS é uma medida de baixo custo que melhora a comunicação e a gestão.
- Treinamento e Suporte para o Sistema Maestro/IDS Saúde: O investimento em treinamento e suporte é fundamental para garantir a adesão e a correta utilização do novo sistema, minimizando os problemas da transição.

Prioridade Média (Impacto Significativo e Média Viabilidade):

- Redução das Filas de Espera e Agendamento: A realização de mutirões e a revisão contratual demandam planejamento e recursos, mas têm um impacto significativo na redução das filas.
- Padronização e Fiscalização de Fluxos: A elaboração de protocolos e o fortalecimento da fiscalização são processos que demandam tempo e recursos, mas são essenciais para a qualidade e a consistência do atendimento.

- **Sinalização e Identificação de Prioridades:** A instalação de sinalização e o treinamento das equipes são medidas de médio custo que melhoram o atendimento a grupos vulneráveis.
- **Disponibilidade de Medicamentos e Insumos:** A melhoria do controle de estoque e a capacitação das equipes demandam planejamento e investimento, mas são fundamentais para a resolutividade das UBS.
- **Dimensionamento de Equipes:** A realização de um estudo de dimensionamento de equipes demanda tempo e recursos, mas é essencial para a adequação dos recursos humanos à demanda.

Prioridade Baixa (Impacto a Longo Prazo e Maior Complexidade):

- **Fortalecimento da Infraestrutura e Recursos:** A reposição de ACS e a modernização de equipamentos são investimentos de longo prazo que demandam planejamento e recursos significativos.
- **Informatização e Integração Total:** A implementação completa e otimizada do sistema Maestro/IDS Saúde, com todas as funcionalidades, é um processo complexo que demanda tempo e investimento contínuo.
- **Otimização de Encaminhamento e Referência:** A criação de mecanismos de acesso à fila de espera e a implementação de um fluxo de referência e contrarreferência eficaz são processos complexos que demandam a integração de diferentes setores e níveis de atenção.

RESPONSABILIDADES E PRAZOS (SUGESTÃO)

Para que as propostas de melhoria sejam efetivamente implementadas, é fundamental que as responsabilidades sejam claramente definidas e que os prazos sejam estabelecidos e acompanhados. Sugere-se a seguinte distribuição de responsabilidades:

- **Secretaria Municipal de Saúde:** Como órgão gestor do sistema de saúde, a Secretaria Municipal de Saúde deve liderar a implementação da maioria das propostas, especialmente as relacionadas a processos, sistemas, recursos humanos e contratos com prestadores de serviço. A secretaria deve ser responsável por coordenar as ações, alocar os recursos necessários e monitorar o andamento das atividades.



- Organizações Sociais (Caminho de Damasco, AFIP, Alpha, IASE): As organizações sociais que atuam no sistema de saúde de Cubatão devem colaborar ativamente na implementação das melhorias, especialmente na padronização de fluxos, no treinamento de suas equipes e na utilização adequada dos sistemas de informação. A comunicação e a colaboração entre as OS e a Secretaria de Saúde são fundamentais para o sucesso das ações.
- Câmara Municipal (CEV): A Comissão Especial de Vereadores, e a Câmara Municipal como um todo, devem acompanhar a implementação das propostas, fiscalizar o cumprimento dos prazos e promover o diálogo contínuo entre as partes envolvidas. A CEV deve continuar a ser um canal de escuta da população e de cobrança por melhorias no sistema de saúde.

PRAZOS SUGERIDOS:

- Curto Prazo (3-6 meses): Implementação de canais de comunicação, aprimoramento do acolhimento, gestão do absenteísmo, atualização cadastral, treinamento do sistema.
- Médio Prazo (6-12 meses): Realização de mutirões, revisão contratual, padronização de fluxos, sinalização de prioridades, dimensionamento de equipes.
- Longo Prazo (12+ meses): Reposição de ACS, modernização de equipamentos, implementação completa e otimização do sistema Maestro/IDS Saúde, otimização do fluxo de referência e contrarreferência.

CONCLUSÃO

O trabalho da Comissão Especial de Vereadores de Cubatão, documentado nas atas das reuniões e consolidado neste relatório, evidencia a complexidade e a urgência dos desafios enfrentados pelo sistema de saúde do município. As falhas identificadas, que vão desde a comunicação ineficaz até a falta de recursos e a deficiência dos sistemas de informação, geram impactos significativos na vida dos munícipes, comprometendo o acesso, a qualidade e a humanização do atendimento.

No entanto, o diagnóstico detalhado das falhas e a proposição de um conjunto de melhorias estruturais e operacionais demonstram que é possível transformar essa realidade. As propostas apresentadas neste relatório, se implementadas de forma coordenada e com o engajamento de todos os atores envolvidos – Secretaria Municipal de Saúde, organizações sociais, Câmara Municipal e a própria população – têm o potencial de gerar mudanças positivas e duradouras.

A priorização das ações, com foco em medidas de alto impacto e viabilidade, permitirá que os resultados comecem a ser percebidos em um curto espaço de tempo, reconstruindo a confiança da população no sistema de saúde. A implementação de canais de comunicação eficientes, o aprimoramento do acolhimento pós-consulta e a gestão do absenteísmo são exemplos de ações que podem ser iniciadas imediatamente, com baixo custo e grande benefício para os usuários.

A médio e longo prazo, a revisão de contratos, a padronização de fluxos, o investimento em recursos humanos e a modernização dos sistemas de informação serão fundamentais para consolidar as melhorias e garantir a sustentabilidade do sistema. A fiscalização contínua e o monitoramento dos indicadores de qualidade serão essenciais para avaliar o progresso e corrigir os rumos, quando necessário.

Este relatório, portanto, não deve ser visto como um ponto final, mas como um ponto de partida para um processo contínuo de aprimoramento do sistema de saúde de Cubatão. A Comissão Especial de Vereadores reafirma seu compromisso em acompanhar a implementação das propostas e em continuar a ser uma voz ativa na defesa dos direitos dos cidadãos a um atendimento em saúde digno, eficiente e de qualidade. A transformação do sistema de saúde é um desafio coletivo, que exige a colaboração e o empenho de todos para que Cubatão possa oferecer aos seus munícipes o cuidado que eles merecem.



Assim, observado o prazo regimental, apresentamos o presente **RELATÓRIO FINAL** para leitura e aprovação, nos termos do Regimento Interno desta Casa, solicitando seja dada ciência do seu teor ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal; ao Sr. Secretário Municipal de Saúde; bem como às Organizações Sociais (Soc. Brasileira Caminho de Damasco, AFIP, Alpha e IASE), com cópia integral dos autos, para providências e ciência dos atos praticados por esta Comissão.

Cubatão, 11 de agosto de 2025.

Presidente da CEV – Ver. Márcio Silva Nascimento
(Vereador Marcinho)

Relator da CEV – Ver. Guilherme dos Santos Malaquias
(Vereador Guilherme do Salão)

Membro da CEV – Ver. José Elan dos Santos Gomes
(Vereador Batoré)



REFERÊNCIAS

- Requerimento Nº 003/2025 – CMC;
- Memorando N° 007/2025/MSN/vr;
- Ata de Abertura (21/03/2025);
- Ata da Segunda Reunião (27/03/2025);
- Ata de Terceira Reunião (03/04/2025);
- Ata de Deliberação (04/04/2025);
- Ata da Quarta Reunião (21/05/2025);
- Ata da Quinta Reunião (29/05/2025);
- Ata da Sexta Reunião (06/06/2025);
- Ofícios Convite Nº 45, 46, 49, 50, 60, 61, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77;
- Ofício Nº 47 destinado à DRACA;
- Ofício Nº 48 destinado ao Secretário de Saúde Municipal;
- Ofício Nº 678/2025/SMS/DAFS/DRACA/ivs - Resposta ao Ofício 47;
- Ofício Nº 621/2025/SMS/GS/cgs - Resposta ao Ofício 48;
- Ofício Nº 56 destinado ao Instituto Alpha;
- Ofício Nº 103/2025 do Instituto Alpha - Resposta ao Ofício 56;
- Ofício Nº 59 destinado à AFIP;
- Termo de Aditamento de Contrato de Prestação de Serviços AFIP - Resposta ao Ofício 59;
- Ofício Nº 65 destinado à Sociedade Brasileira Caminho de Damasco SBCE;
- Fluxos de Regulação e Agendamento SBCE - Resposta ao Ofício 65;
- Ofício Nº 73 destinado à Diretora Técnica do Hospital Guilherme Álvaro;
- Ofício Nº 0069/2025-DT - Resposta ao Ofício 73;
- Ofício Nº 89 destinado ao Chefe de Divisão de Atenção Básica;
- Ata de Diligência à Unidade Básica de Saúde do Vale Verde (08/08/2025).